

SUDECO

POLONOROESTE

NOTA DE ENTENDIMENTO

Reunião de 13.12.82

Local: SUDECO/COPIA

Horário: 15:00 hs

Assunto: Projeto de Colonização de Novas Áreas

Participantes:

Dr. Elmar Antonio de Azevedo - GPC

Dr. Sabino Roberto de Azevedo - GPC

Wany Martins - POLONOROESTE

Guilherme Frederico - INCRA

Norman de Paula Barbosa - INCRA

Daltro Guilherme da Costa - INCRA

João Carlos Romão - SUDECO/PA

Jose Celso de Azevedo - SUDECO/PA

Georges Borges - IPEA/PLAN

Glauco Cornelio - SUDECO

Marco Túlio Amaral Chaves - SUDECO

Dione Craveiro P. Silva - SUDECO

Objetivo - discussões do Projeto de Colonização de Novas Áreas que prevê o assentamento de 5.000 famílias no Estado de Mato Grosso, dentro do Programa POLONOROESTE.

Conclusões - visando o aperfeiçoamento do desenho do projeto, e considerando os prazos comprometidos com o Banco Mundial para sua apresentação, foram acordados os seguintes pontos:

1. A SUDECO oficializará junto ao GPC os dados básicos sobre o projeto referido, imediatamente.
2. O GPC se encarregará da obtenção dos dados necessários junto aos vários órgãos estaduais que estão envolvidos na execução do projeto, e os encaminhará a SUDECO até o dia 23, 12, 82.

S. 4 L 1

3. O INCRA prestará a colaboração que o GPC julgar necessária para o detalhamento da proposta.

1. *[Signature]*

2. *[Signature]*

SIS.

3. *[Signature]*

4. *[Signature]*

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

POLONOROESTE

PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E RONDÔNIA

RESUMO DA PROPOSTA BRASILEIRA APRESENTADA AO BANCO MUNDIAL, DE
POIS DE ENTENDIMENTO ENTRE OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS COMPETENTES

1. Recursos Disponíveis: US\$ 262 milhões no período 1982/86
2. Ações a Cargo do INCRA: Demarcação, estudos de solos, infra-estrutura básica dos núcleos (construção de centro de saúde, escola, sede dos serviços de extensão rural, etc estradas e administração
US\$ 216,7 milhão
3. Ações a Cargo dos Governos dos Estados (MT, RO) e EMBRAPA, EMBRATER, CIBRAZEM e IBDF
US\$ 43,3 milhão
US\$ 260,0 milhão
4. Observações: i) o custo por família para as ações de colonização (INCRA) é de US\$ 10.995,5
ii) o custo por família para as de apoio à produção e infra-estrutura social é de US\$ 2.198,3
iii) O número de famílias a serem assentadas é de 19.703 sendo 5385 famílias em Mato Grosso e 14.318 em RONDÔNIA
iv) O BEC será responsável pela construção de 50% das estradas previstas para os projetos de colonização.

REUNIÃO DE 19/10/1982 (TERÇA-FEIRA), NA SUBIN/SEPLAN

ASSUNTO: PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO
E RONDÔNIA (POLONÓROESTE).

NEGOCIAÇÕES COM O BANCO MUNDIAL

PROPOSTA DE AGENDA

1. Ações de colonização

- 1.1. Determinação das áreas do Projeto
- 1.2. Realização dos estudos de solo e de outra natureza
- 1.3. Fixação do público-meta e seleção dos colonos
- 1.4. Demarcação das glebas
- 1.5. Construção de estradas (rurais, alimentadoras, coletoras, vicinais, etc.)
- 1.6. Edificação da infraestrutura básica dos núcleos de colonização (escolas, postos de saúde, abastecimento d'água e energia elétrica, sedes da administração e do serviço de extensão rural, etc.)
- 1.7. Administração

2. Outras ações

- 2.1. Prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural
- 2.2. Realização e divulgação da pesquisa e experimentação agrícola
- 2.3. Construção e operação da rede de armazenagem e comercialização
- 2.4. Determinação dos possíveis modelos de produção (café, cacau, seringueira, guaraná, arroz, milho, pimenta-do-reino, pecuária, etc.)
- 2.5. Escolha e execução de sistemas para o aproveitamento racional da madeira da área-projeto
- 2.6. Preservação do meio-ambiente
- 2.7. Outras ações (inclusive a cargo dos Governos de Mato Grosso e Rondônia)
- 2.8. Administração geral do Projeto (SUDECO, INCRA, IPLAN, etc.)

3. Missão de Avaliação do Banco Mundial

- 3.1. Composição, atribuição e programa de trabalho
- 3.2. Proposta de posição da parte brasileira
- 3.3. Etapas seguintes (preparo do relatório de avaliação, elaboração das propostas de acordo, etc.)

TRANSCRIÇÃO DOS DEBATES NA REUNIÃO SOBRE O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E RONDÔNIA (POLONOROESTE), REALIZADA ÀS 9:00 HORAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 1982, NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM BRASÍLIA

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Abrindo a reunião, gostaria de agradecer a presença dos representantes do Banco Mundial, que, com tanto empenho e eficácia, tem colaborado com o Governo brasileiro na elaboração e implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Desejaria também agradecer o comparecimento dos representantes dos principais órgãos governamentais brasileiros intervenientes no Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia, notadamente o Ministério do Interior, o Ministério da Agricultura, o Ministério dos Transportes, o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Instituto de Planejamento (IPLAN), a Secretaria de Coordenação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) e os Governos de Mato Grosso e Rondônia.

O objetivo principal desta reunião é o de tentar fazer uma primeira avaliação dos resultados da missão Banco Mundial/Governo brasileiro, que se deslocou na semana passada a Mato Grosso e a Rondônia, precisando nessa avaliação as impressões, os comentários, as críticas, as recomendações, os compromissos e as obrigações de cada parte, para os próximos meses, com vistas ao preparo final e à implementação do Projeto de Colonização.

Tendo em vista a importância desta reunião, tomei a iniciativa de gravar os debates e mandar elaborar uma ata, que formalizará os compromissos para o desenvolvimento do Projeto de Colonização.

Feitas estas considerações, quero passar a palavra ao Chefe da Missão de Avaliação do Banco Mundial, a fim de que faça um relato — mesmo preliminar e geral, pessoal e técnico — a respeito de sua viagem àquela região e seus contatos com autoridades brasileiras.

DR. MAURICE ASSÉO (BANCO MUNDIAL)

A Missão de Avaliação do Banco Mundial está no Brasil há pouco mais de duas semanas e pretende aqui continuar por mais uma semana. Assim, muitas de minhas afirmações na reunião de hoje não representam o ponto-de-vista final da Missão. Porém, como a maioria dos seus membros regressará a Washington esta tarde, julguei útil esta reunião. Mesmo se não dispomos de resultados definitivos, é importante verificar o realizado até a gora.

O Projeto POLONOROESTE-III está sendo discutido desde novembro de 1979. Neste período, observou-se um enorme progresso. Embora faltem algumas providências, que terão de ser cumpridas nos próximos tempos, esta Missão conseguiu concretizar alguns acordos fundamentais, além de ter concorrido para a melhor articulação entre as diversas agências participantes do Projeto.

Tivemos a oportunidade de visitar a área-projeto e ver o seu desenvolvimento. Fiquei muito impressionado, de um lado, pela velocidade de crescimento econômico de Rondônia e Mato Grosso (com algumas implicações sobre o meio-ambiente) e pelas profundas mudanças na geografia, que tornam imperiosa a ação governamental; e, do outro, pela rapidez e pela qualidade de execução do POLONOROESTE-I, com uma programação ambiciosa para o presente ano (1.100 km de estradas, para melhorar ou construir, 10 Núcleos Urbanos de Apoio Rural para edificar, etc.), tendo tudo sido efetuado nos prazos marcados, dentro dos custos estabelecidos (com variações de apenas 5%, quando em outras partes do Brasil as elevações médias de preço são superiores a 50%).

Visitamos áreas que começam a ser desenvolvidas, como Urupá - o que pareceu uma viagem no tempo, pois está no estágio de desenvolvimento há dez anos da parte mais povoada de Rondônia. É muito interessante verificar como as atividades começam e quais os seus resultados, tendo uma visão do possível com o desenvolvimento, desde que permitam a qualidade das terras e o apoio governamental.

Até a missão do BIRD/FAO em junho último, a intenção do Governo brasileiro era a de executar todo o POLONOROESTE-III através do INCRA. Depois, chegou-se ao entendimento de que o INCRA só teria a responsabilidade de assentar os colonos,

estudar e seleccionar as áreas de colonização, construir as estradas, criar os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), demarcar os lotes, seleccionar os colonos e dar aos mesmos os títulos de propriedade. Assim, as diversas outras obras, relacionadas com o apoio à produção, os aspectos florestais, os serviços sociais (educação, saúde, etc), a extensão rural e a pesquisa agrícola, saíram da alçada do INCRA.

Quando a primeira missão do BIRD/FAO esteve no Brasil, em 1979, o sistema de planeamento do INCRA era menos eficiente, sem estudos de solo em Rondônia, com modelos de assentamento em formas geométricas rígidas (independente da topografia e da qualidade do solo). Na época, o INCRA tinha a responsabilidade global do Projeto e mantinha um sistema de planeamento/administração sediado em Brasília, sem a necessidade de articulação com outras agências federais e estaduais. As duas principais mudanças, ou melhorias, na elaboração do Projeto são as de, por um lado, não mais usar um modelo de assentamento genérico, mas em pregar modelos específicos, conforme os resultados dos estudos para determinar a aptidão agrícola das terras, a topografia e as reservas florestais em bloco; e, do outro, o INCRA guardar apenas as responsabilidades de colonização propriamente dita, ficando as demais atividades com outras entidades.

Essas duas modificações exigiram um novo sistema de trabalho do INCRA, que já está sendo desenvolvido.

Porém, nesse novo sistema, é indispensável sobre tudo o estabelecimento de uma melhor coordenação com as demais agências governamentais executoras do Projeto. É preciso um sistema, ou uma estrutura, para a maior colaboração, o que obrigará o INCRA, no seu papel de líder do Projeto, a estabelecer um relacionamento mais estreito com aquelas agências (por exemplo, o cronograma dos trabalhos do INCRA, como na construção das estradas, terá repercussões sobre os cronogramas das outras agências). Isso não significa que o INCRA vai comandar todo o processo. Por exemplo, quando falamos em recrutamento dos colonos ou seleção das áreas de assentamento, tendo a borracha como base da produção, a SUDHEVEA terá de atuar junto com o INCRA. É indispensável um sistema de planeamento coletivo, capaz de prever as ações exigidas dentro de dois ou três meses, de forma a resolver as dificuldades na execução do Projeto.

Já há uma idéia bastante clara acerca do Projeto. Dispomos de uma tabela, com a relação dos custos principais, e, sem fornecer as cifras, podemos notar a grande importância do correspondente a estradas (60% do total). Isso não significa que os demais componentes tenham menos importância por terem menores custos.

Hoje, o principal problema, ainda sem a segurança de uma solução aceitável, está relacionado com os modelos de produção dos colonos. Há a possibilidade do plantio da borracha, mas limitado a uma área total de 17.000/18.000 ha, o que possibilitaria a apenas 40% das 20.000 famílias do Projeto plantar 2 ha cada uma (se o módulo mínimo para borracha tiver de ser superior a 3 ha, como estabelece o PROBOR III, cairia o percentual das famílias em condições de plantar a seringueira), ocupando a borracha uma área de tão somente 2% do total da área agricultável. Os restantes 98% ficariam reservados ao café (até 14.000/15.000 ha, ou cerca de 2% desta última área), já que o cacau tem menor interesse para os produtores em razão dos baixos preços internacionais e dos graves problemas fito-sanitários na região. Portanto, há uma área total da ordem de 96% da total, cujo uso não está claramente definido. Os agrônomos do BIRD pensam que, para assegurar a estabilidade social e radicar os colonos na região, o sistema de cultivo tem de abranger uma área mínima de culturas perenes. É indispensável, portanto, um trabalho intenso nos próximos meses, centralizado no Ministério da Agricultura, a fim de reunir todas as informações disponíveis a respeito de outras culturas perenes capazes de participar do modelo de produção no Projeto de Colonização.

Esse Projeto pretende assentar 15.000 famílias em Rondônia e 5.000 em Mato Grosso. Em Rondônia, dispomos de áreas em desenvolvimento (Urupá I e II), áreas com alguns estudos (Machadinho I) e áreas apenas definidas no mapa (Machadinho II, Capitão Sílvio e Marmelo). Em Mato Grosso, o INCRA está fazendo a discriminação de cinco áreas no Vale do Guaporé, e, até conhecer a propriedade atual da terra, é impossível definir onde assentar até 5.000 famílias (400.000 ha, inclusive as reservas florestais). Se essas terras estão no domínio privado, o INCRA terá de expropriar, ou recorrer a outra área no Estado, ou assentar aquelas famílias em Rondônia. Portanto, não temos hoje os elementos básicos para definir os trabalhos em Mato Grosso e, por isso, os es

os esforços vêm sendo concentrados em Rondônia. Os custos da colonização nessas regiões dos dois Estados, que não foram ainda objeto de estudos, terão de ser calculados, para efeito da concessão do financiamento do BIRD, com base nas características médias dos investimentos previstos nas regiões onde se efetuaram estudos pormenorizados. A principal condição de desembolso de recursos para aplicação naquelas regiões seria a da realização de estudos semelhantes aos efetuados nas outras áreas. Assim, os custos reais da execução do Projeto, naquelas regiões menos conhecidas, podem ser bastante diferentes dos previstos para as áreas já estudadas. É um risco que terá de ser assumido principalmente pelo Governo brasileiro, na medida em que, se os custos reais ultrapassarem as previsões, terá ele de arcar com esses gastos, sem a contra-partida do BIRD (este não altera o montante dos valores estabelecidos no contrato de empréstimo). Por outro lado, se os custos ficarem abaixo do previsto, o empréstimo será maior do que o necessário e o Governo brasileiro terá de pagar uma taxa de compromissos de 0,75% para recursos sem utilização. A experiência do POLONOROESTE I demonstrou a necessidade de uma preparação muito pormenorizada do Projeto, a fim de não ter problemas financieros a seguir. Mostrou também que, mesmo se o Governo e o BIRD estão associados nessa preparação do Projeto, a responsabilidade financeira final é totalmente do Brasil, já que o Banco não muda o montante do financiamento acordado. No POLONOROESTE I, os custos foram calculados sem dispor dos resultados de qualquer licitação recente para a construção de estradas na região, tendo os contratos de empréstimo sido assinados com uma estimativa de custos para estradas equivalentes a 1/3 dos resultados das licitações recém-efetuadas. Nessas condições, ao final deste ano, depois de construir 1/4 da extensão total das estradas previstas, já haviam sido utilizados 2/3 do montante alocado no Projeto. Como o financiamento do BIRD no primeiro ano era de 55%, se não houver remanejamento da distribuição interna do empréstimo ao final de março próximo, ficará para as estradas uma participação do Banco da ordem de 10% nos anos seguintes.

O POLONOROESTE III tem a vantagem de dispor dos resultados de licitações recentes, que poderão servir para o cálculo do valor das estradas a serem construídas (embora ainda não esteja definida a extensão da malha rodoviária). Todavia, apresenta duas desvantagens mais importantes: a de entrar em área com

maiores dificuldades de trabalho, dentro da floresta fechada, des-
povoadas e desconhecidas; e a de não dispor de estudos de topogra-
fia e solo na maioria das áreas.

Estou fazendo estas observações para chamar a
atenção para a necessidade de concluir o levantamento de uma sé-
rie de informações até a definição final do Projeto.

O Banco Mundial assumiu uma responsabilidade con-
siderável ao enviar uma Missão de Avaliação do Projeto de Colôni-
zação, antes de contar com os dados básicos indispensáveis a es-
sa avaliação. Assim procedeu a fim de não atrasar ainda mais os
trabalhos na região e poder admitir os financiamentos retroati-
vos a partir de agora dentro de determinadas linhas de despesas.

Para ficar dentro do cronograma ora imposto
com a decisão de mandar ao Brasil a Missão de Avaliação, o Banco
Mundial precisa assegurar-se de que todas as providências para o
levantamento de dados serão cumpridas de maneira rigorosa.

O cronograma, dentro do Banco Mundial e a par-
tir da Missão de Avaliação, será provavelmente o seguinte:

- a) a primeira minuta do Relatório de Avaliação ("ca-
pa branca"), de uso interno da Divisão de Proje-
tos Agrícolas e da Divisão do Brasil, estará pre-
parada nos primeiros dias de janeiro (de acordo
com compromissos assumidos com o Embaixador Lei-
te Ribeiro e com o Dr. Dione Craveiro da Silva,
cópia será remetida ao Brasil, com a menção de
não tratar-se ainda de documento oficial do Ban-
co, a fim de obter uma maior participação dos
órgãos governamentais brasileiros envolvidos no
Projeto e facilitar sua negociação posterior em
Washington);
- b) a segunda minuta do Relatório de Avaliação ("ca-
pa amarela"), que será levado às Divisões cen-
trais e técnicas do Banco Mundial (opinar sobre o
custo, a rentabilidade, etc.), com todos os da-
dos indispensáveis à apreciação do Projeto, te-
rá de estar pronta até meados de fevereiro (to-
das as informações necessárias teriam de estar
levantadas até meados de janeiro, ou no máximo
até final desse mês);

- c) as negociações se realizarão em abril/maio e, se transcorrerem de maneira rápida, a apresentação das propostas de contratos de financiamento à direção do Banco Mundial poderá ocorrer até ao final do presente ano fiscal (30 de junho); e
- d) isso ocorrendo, a assinatura de tais contratos deverá acontecer em seguida.

Gostaria de precisar que este cronograma é uma avaliação pessoal, feita como uma tentativa de justificar a despesa de um empréstimo no corrente ano fiscal. Para o Brasil, ater-se ao presente período é menos importante, uma vez que as taxas de juros do Banco Mundial passarão a ser variáveis, e não fixas como no passado.

Gostaria também de fazer alguns esclarecimentos acerca do conceito de financiamento retroativo. Em primeiro lugar, as linhas, que vão precisar daquele financiamento, terão de ser definidas na ocasião da Missão de Avaliação. Assim, temos de conhecer, antes de nosso regresso a Washington, quais os itens que serão abrangidos pelo financiamento retroativo entre esta data e meados do próximo ano. Em segundo lugar, o montante total do financiamento retroativo não pode ultrapassar um certo percentual do custo total do Projeto (em geral, 5% ou 7%, nunca mais de 10%). Em terceiro lugar, o financiamento retroativo não pode cobrir os custos de preparação do Projeto, salvo os para a finalização de desenhos, de estudos de solos, de levantamento topográfico, etc. Em quarto lugar, todas as despesas cobertas por aquele financiamento têm de ser feitas dentro das "regras do jogo", isto é, precisam seguir as recomendações para licitação e contratação, previstas pelo Banco (inclusive os documentos de licitação e os contratos finais têm de ser previamente aprovados pelo Banco). Isso é muito importante em termos de cronograma do INCRA, pois falamos de contratos para a abertura de estradas, para a realização de estudos de solo e para o preparo de estudos topográficos.

Como já disse, não temos ainda uma definição completa dos custos do Projeto de Colonização. Porém, os dados ao nosso dispor mostram que teremos dificuldade para nos manter dentro do valor de UX\$ 262 milhões, previsto no Decreto de criação do POLONOROESTE. Acho que uma das razões principais dessa dificuldade resulta de o orçamento de US\$ 262 milhões não ter considerado,

nem permitir considerar, as contingências de preço, isto é, a inflação além da correção monetária do cruzeiro face ao dólar. Entendo que a correção monetária sempre pretende manter o poder de compra relativo do dólar e do cruzeiro, enquanto, em termos de dólar, temos uma inflação mundial da ordem de 8% ao ano. O Banco Mundial faz as suas estimativas para os próximos anos, mesmo considerando a maior estabilidade do dólar, de que haverá uma inflação da ordem de 7% ou 8% ao ano, em média. Todavia, se falarmos em US\$ 262 milhões a preços de 1981, e não em valores correntes, tal cifra poderá ser razoável na estimativa do custo total do Projeto. A diferença não é muito grande e, estou certo, vamos encontrar uma solução satisfatória, convencendo talvez o INCRA a reduzir ainda mais o padrão das estradas.

Vamos agora passar aos principais componentes do Projeto. Esta Missão fez um esforço bastante grande, com o INCRA, no sentido de chegar a diversos acordos, como a forma de construção das estradas, os seus padrões, os seus cronogramas, etc.. Tenho um documento, preparado pelo Dr. Salier (consultor do Banco Mundial para questões rodoviárias), que relaciona os acordos chegados com o INCRA. Vou resumi-los a seguir.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelas anteriores missões do Banco Mundial foi a de achar uma solução para satisfazer a reivindicação do INCRA de uma parte das estradas ser realizada pelo BEC (até 50%). A posição do Banco era de que, como organismo internacional, não poderia financiar qualquer trabalho implementado por qualquer Exército do mundo. Isso não significa, de forma alguma, uma opinião acerca do Exército do Brasil. Se temos uma opinião a respeito, ela é muito favorável. Porém, se o Banco Mundial conceder financiamento para as Forças Armadas brasileiras, terá de seguir idêntico comportamento com relação às Forças Armadas de outros países. Depois de muitas variações e considerações, chegamos ao seguinte acordo: estamos entrando em uma área de floresta virgem e isso significa o aparecimento de dificuldades adicionais, sobretudo por não dispormos de projetos pormenorizados das estradas; por isso, é importante a rápida abertura de um primeiro eixo central (estradas coletoras), capaz de possibilitar, no primeiro ano, o acesso à região das unidades de levantamento topográfico, das empreiteiras encarregadas de abrir as estradas alimentadoras e de penetração, das empreiteiras incumbidas de construir os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), com a cria

criação do posto de saúde, o estabelecimento de colonos nos seus lotes, a edificação de escolas, etc.; tudo isso se fará no primeiro ano, de forma a possibilitar, no ano seguinte, a complementação da rede viária; por isso, e considerando o custo relativo dos vários componentes de estradas, chegamos a acordo de que a malha de estradas coletoras será construída pelo BEC, com recursos exclusivamente nacionais, enquanto a malha de estradas alimentadoras e de penetração estará totalmente sujeita à licitação pública no mercado brasileiro. Temos de verificar a implicação, em termos de custos, de o BEC fazer as estradas coletoras, mais Urupá I e II. Esperamos que permaneça uma margem de ociosidade capaz de permitir o uso do BEC como elemento de pressão sobre os preços das empreiteiras (se estas não licitarem seus preços dentro de um custo pré-estabelecido, com uma margem de, digamos, 10%, o INCRA teria a oportunidade de repassar as obras de algumas dessas estradas para aquele Batalhão; ou, se alguma dessas empresas privadas ficar na impossibilidade de concluir um trabalho urgente, o BEC poderá complementá-lo). Finalmente, o BEC teria outro papel. Segundo o Dr. Salier, a quantidade de caminhões e demais equipamentos rodoviários, que terão de transitar pelas estradas coletoras nos dois primeiros anos, com vistas a assegurar a construção das estradas alimentadoras e de outras obras da infra-estrutura econômica e social, corresponderá a um tráfego equivalente talvez aos dez anos seguintes, em condições normais. Isto terá repercussão sobre a manutenção das estradas coletoras durante o período de realização dos investimentos. O BEC estará também com a responsabilidade de assumir essa manutenção.

Outro acordo, chegado com o INCRA, diz respeito aos desenhos das estradas alimentadoras e de penetração, que serão feitos através de empresas de consultoria. Compreendemos ter o INCRA o interesse em desenvolver sua própria capacidade para realizar essas tarefas. Por isso, admitimos financiar o desenho de até 500 km de estradas projetadas pelo INCRA, a um custo pré-estabelecido de US\$ 200/km.

Pelo cronograma de trabalho estabelecido, o BEC terá, em primeiro lugar, de abrir uma estrada de serviço, que possibilite aos empreiteiros e aos demais intervenientes no projeto terem acesso à região escolhida para a colonização. Ao mesmo tempo, o BEC vai realizar o projeto final da rodovia, enquanto as equipes topográficas efetuam seu trabalho na região. Isso pressupõe, de um lado, um trabalho de articulação bastante estreito e

do outro, a capacidade de o BEC realizar os desenhos num prazo muito curto, de forma a ser aprovado e executado em seguida. Quando essa estrada coletora chegar a um ponto de interseção com uma estrada alimentadora ou de penetração, os topógrafos farão a estrada de penetração, de forma a fechar o polígono do projeto de colonização, possibilitando ao INCRA concluir o plano definitivo dos lotes a serem distribuídos. Supondo já ter sido feita a seleção dos colonos, dentro de sistema a ser discutido adiante, isso permitirá que esses colonos sejam assentados e comecem de imediato as atividades produtivas (arroz, café seguramente, etc.). Uma vez realizado o trabalho topográfico dessas estradas alimentadoras, a firma de consultoria começará logo a fazer o desenho final, transmitindo-o em seguida às empresas habilitadas a realizar as obras por contrato. Esse é o programa de trabalho previsto.

Temos também a definição dos padrões das diferentes estradas que, a meu ver, não merece ser discutida nesta reunião.

Chegamos a uma definição acerca dos custos das estradas, segundo os padrões estabelecidos, que são os seguintes (em US\$ por Km):

	Empreiteiras privadas	BEC
Estradas coletoras (a)	42.700	27.800
Estradas alimentadoras (b)	29.700	21.300
Estradas de penetração (c)	12.700	8.650

(a) com 10% de contingências, para imprevistos físicos

(b) com 5% de contingências, para imprevistos físicos

(c) com 15% de contingências, para imprevistos físicos

Com isso, considerando ficar a cargo do BEC a construção das estradas coletoras, chega-se a um custo total para os 15.000 km dos vários padrões de estrada em Rondônia de US\$ 90.300.000, ao passo que, proporcionalmente, a rede viária de Mato Grosso para a colonização custará cerca de US\$ 30.000.000.

Assim, o valor total é da ordem de /
US\$ 120.000.000 (inclusive contingências físicas), o que com as contingências financeiras (25%) chegaria a US\$ 150.000.000 para as estradas, no total de US\$ 262.000.000 (57%).

Chegamos a acordo com o INCRA sobre o trabalho que deverá ser efetuado até a próxima missão do Banco Mundial, na última semana de janeiro, provavelmente.

Será completado o micro-planejamento, pormenorizado, de Machadinho II. Isso terá influência sobre o micro-planejamento de Machadinho I, já que esta gleba é via de acesso para aquela, exigindo talvez a revisão da orientação pelo menos das estradas coletoras, e, conseqüentemente, a modificação no convênio do INCRA com o BEC (incumbido da construção daquelas estradas).

Ao mesmo tempo, teria de ser preparada uma programação detalhada da implementação das obras, de acordo com metodologia pré-estabelecida, para um período de seis anos. Tal documento deveria não apenas apresentar o cronograma das obras, mas também justificá-lo e explicá-lo.

Seria também necessária a elaboração de um sistema para a administração, a coordenação e a monitoria do Projeto, com respeito aos componentes a serem executados pelo INCRA e à sua interligação com os componentes a cargo de outras agências governamentais. Essa questão não foi ainda discutida, de maneira mais cuidadosa, com o INCRA e deverá ser considerada na próxima semana. O princípio do Banco é o de ter, para um Projeto nas dimensões do de Colonização, uma unidade com responsabilidade específica para a administração de sua execução. Uma vez cumprido o planejamento inicial, o "centro de gravidade" do Projeto passa para a região de sua execução (Porto Velho, Cuiabá ou outra cidade). A implementação do Projeto vai exigir decisões diárias, algumas bastante importantes, o que implica a presença, na região, de personalidade de alto nível, com grande capacidade gerencial, ligada diretamente à Diretoria de Colonização do INCRA, tanto ao Chefe da Unidade do POLONOROESTE, quanto a seu próprio Diretor. As implicações de tal modelo de administração são múltiplas, em termos de hierarquia clássica do INCRA, que, no caso, teria de sofrer alguns reajustes, e em termos do salário do pessoal.

Teríamos de dispor, até ao final deste ano, uma estimativa pormenorizada dos custos correspondentes a certos componentes, na base dos estudos aero-fotogramétricos em curso, assim como dos custos de administração, uma vez definido o respectivo modelo.

Até ao fim do corrente ano, o INCRA deveria, junto com cada agência envolvida na construção dos NUAR's, tentar melhorar a definição de tais Núcleos - hoje estes prevêem apenas os prédios que o INCRA precisaria, sem considerar as necessidades de outras agências, como a SUDHEVEA e o IBDF. Isso poderia acarretar modificação do planejamento desses Núcleos e de seu financiamento pelo Projeto.

Ademais, teriam de ser preparados os documentos de licitação e contratação para as primeiras obras do próximo ano, logo ao início da estação seca.

Finalmente, o INCRA terá de ampliar os seus contatos com outras agências, em particular a SUDHEVEA, o IBDF e os Governos estaduais, com vistas a definir melhor as respectivas participações no Projeto. Como já disse, a SUDHEVEA terá de participar da seleção das áreas e dos colonos, em se tratando de plantação de seringueira, da mesma forma que o IBDF terá de participar da definição das áreas das reservas florestais e do acesso a essas áreas.

O Banco considera importante que o sistema de administração do Projeto seja estabelecido nas regiões de assentamento, antes do início da execução das principais obras e atividades.

Vamos precisar de um convênio com o BEC, a fim de assegurar que esse Batalhão colocará sempre à disposição do Projeto as ações necessárias à sua implementação em tempo útil - com relação tanto à construção, quanto à manutenção de estradas.

Necessitaremos de um contrato com os consultores, encarregados dos desenhos finais das estradas, e de um contrato para a manutenção da rede rodoviária com o Estado de Rondônia e o BEC (com a definição dos recursos necessários e suas fontes).

Do ponto-de-vista da produção agrícola e de seu planejamento, temos algumas anotações, que desejaríamos discutir com os presentes. Já falamos sobre a necessidade de encontrar outras culturas perenes (além da seringueira e do café) e, para tanto, precisamos que uma entidade governamental, a definir, seja incumbida de formular algumas propostas até janeiro próximo. Tal entidade deverá fazer um levantamento de todas as informações disponíveis com respeito a certas culturas, como o guaraná, a castanha-do-Brasil, a ipecacuanha, a pimenta-do-reino e outros produtos de interesse comercial.

Nesta missão, tivemos a oportunidade de discutir com a SUDHEVEA, em bastante pormenor, uma organização do cultivo da seringueira, que fosse adequada às características da região e de seus produtores (em geral, sem experiência na matéria). O propósito principal é o de estabelecer, nas áreas selecionadas para aquela cultura, certas unidades de apoio à produção da borracha. Teremos de considerar, com maior detalhe, que órgão terá a responsabilidade de sua administração. De qualquer modo, a intenção é a de dispor de núcleos, adequadamente localizados, com uma série de facilidades de infra-estrutura e serviços, à disposição dos produtores, dentro de uma área de 25/40 ha, para "efeito demonstração" de um lado, e para treinamento de mão-de-obra, do outro. De tais núcleos sairiam os principais elementos de assistência técnica e ainda as mudas das seringueiras. Por outro lado, tem-se a intenção de agrupar os produtores de seringueira, de forma a facilitar os serviços de assistência técnica e proteção fito-sanitária, mas não em uma extensão muito grande, a fim de poder dificultar a transmissão de eventuais doenças das seringueiras. Em outras palavras, se dispomos de produtores com 2 ha de seringueira cada um, tais blocos deverão ser agrupados em unidades de 40/50 ha, com plantio em linha, próxima das estradas de alimentação ou penetração. Isso possibilitaria o tratamento do crédito rural de modo agrupado, através talvez da criação de uma cooperativa de produção, pois os lotes tem títulos individuais de propriedade, facilitando, com isso, tanto a ação dos bancos, quanto a dos produtores. Tudo teria de estar vinculado a um bem montado sistema de assistência técnica e pesquisa, que terá de ser apreciado com pormenor.

Até janeiro, caberá à SUDHEVEA definir se preten- de assumir o compromisso da organização daquelas unidades de apoio à produção (inclusive de seu pessoal, de seu equipamento e dos seus prédios), com a indicação da dimensão da área de cada uma delas e do método de sua operação. Além disso, necessitaríamos dispor de uma definição das responsabilidades para a criação e a operação daquelas unidades, assim como da forma de realização do plantio da seringueira nas mesmas. Teríamos de contar com uma clara definição do sistema de seleção dos colonos que plantariam a seringueira. Seria necessária uma definição detalhada do sistema de assistência técnica, com menção das responsabilidades da SUDHEVEA, da ASTER e, possivelmente, da CODARON. Teríamos de dispor de uma definição do sistema para a solicitação do crédito e do sistema de distribuição

e uso desse crédito. Teríamos de contar com a definição de um sistema de produção e distribuição do material de plantio, precisando-se as responsabilidades das várias agências envolvidas, inclusive no fornecimento dos demais insumos necessários. Seria indispensável a definição de um sistema de monitoria e controle de doenças (inclusive de ação fito-sanitária).

A SUDHEVEA acredita que os colonos teriam a possibilidade de obter uma renda líquida, nos primeiros anos de assentamento, através da sangria de seringueiras nativas dentro dos seus lotes. Porém, o IBDF pensa que, nas regiões ao norte de Rondônia, existiriam poucas seringueiras nativas (ao sul daquele Estado e em Mato Grosso as possibilidades são maiores). Os estudos de solo determinarão as áreas onde se encontram um número suficiente de árvores (por exemplo 3 por ha). A SUDHEVEA terá de preparar um plano para o treinamento da mão-de-obra encarregada da sangria daquelas árvores, e também para a constituição de pequenas unidades de processamento da seiva extraída.

Teríamos de contar com uma definição do número de colonos a serem atendidos por uma unidade de apoio à produção, com menção das responsabilidades de cada agência (SUDHEVEA, Banco do Brasil, CODARON, etc.).

Precisaríamos dispor de uma informação sobre o método de seleção da localização das unidades de apoio à produção.

No processo de treinamento dos colonos, antes de seu assentamento, é importante precisar a contribuição da SUDHEVEA, com respeito à seringueira. Isso teria de ser vinculado à colaboração do INCRA com a SUDHEVEA, na seleção dos colonos e das áreas.

Trata-se de uma relação bastante sofisticada de providências, que terão de ser tomadas pela SUDHEVEA. Porém, como já afirmei, a responsabilidade principal pelo preparo do Projeto, com todas as suas implicações sobre os respectivos custos e o valor do empréstimo do Banco Mundial, cabe ao Governo brasileiro.

Tratarei agora dos aspectos florestais.

Estamos encarando as questões florestais de quatro pontos-de-vista diferentes. O primeiro está relacionado com a definição e o manejo das reservas florestais em bloco. O segundo, com a recuperação (para uso energético, construção de casas, etc.)

da maior quantidade possível de madeira retirada das áreas desmatadas para fins agrícolas. O terceiro prende-se à necessidade de estabelecer pequenas serrarias, preferentemente móveis, talvez em cada NUAR. O quarto diz respeito ao treinamento dos agricultores, pelo menos no tocante aos assuntos ventilados nos dois primeiros itens.

A propósito das reservas florestais, temos pelo menos quatro pontos importantes. O primeiro é a seleção e a demarcação de tais reservas - até agora, tal processo está sendo encarado como a resultante da escolha das áreas agrícolas, e não como o produto de um esforço para identificar áreas com potencial florestal. Compreende-se esse método, já que o objetivo principal e urgente é o de encontrar terras com aptidão agrícola. Assim poderíamos chegar a situações em que a área total das reservas é superior ao dobro da destinada à prática da agricultura. Nesses casos, teríamos de ter análise sobre o manejo e a possível comercialização da madeira localizada em áreas de reserva florestal. Até agora, o processo de seleção das reservas resultou do trabalho do INCRA, sem a participação do IBDF. Impõe-se, pois, uma melhor articulação dessas agências, com vistas a melhorar o método de seleção das reservas. Ligado a essas questões está a demarcação das reservas, que será da responsabilidade do INCRA, com base em levantamentos topográficos. Ademais, impõe-se precisar o processo de demarcação física. O estabelecimento do polígono pressupõe a abertura de uma picada, que já representa uma demarcação física da reserva. Além disso, precisaríamos discutir as demais providências relacionadas com a proteção dessa reserva.

Recomenda-se fazer um cuidadoso inventário das madeiras na reserva, em termos de matéria-prima capaz de ser explorada comercialmente. Isso seria da responsabilidade do IBDF. Até janeiro, o IBDF precisaria fornecer o cronograma, os custos e as metas para a realização do inventário em apreço.

Além de tal inventário, necessitaríamos de um plano de manejo das reservas florestais, que, a meu ver, só poderia ser feito após a realização do inventário. Essa é outra fraqueza do Projeto. Até janeiro, não disporemos de indicações claras do manejo possível. Porém, deveremos estar em condições de pelo menos indicar o custo da implantação desse plano de manejo, que poderia ser financiado pelo Banco Mundial.

Finalmente, chegamos ao aspecto da proteção fi-

física e da fiscalização daquelas áreas. Temos opções diferentes dentro da própria Missão de Avaliação. O nosso Engenheiro Florestal receia que teremos, em algumas áreas, graves problemas de invasões. Outros pensam que esses problemas serão menores do que em outras regiões, por diferentes razões: em primeiro lugar, por serem áreas com menor potencial agrícola e, portanto, com menor interesse para qualquer invasor; em segundo, por serem áreas de topografia pouco favorável à agricultura; em terceiro, por serem áreas próximas dos lotes agriculturáveis, facilitando, assim, sua fiscalização pelos próprios colonos, proprietários em condomínio das reservas; e, em quarto lugar, mesmo quando distantes dos lotes, por serem áreas debaixo da proteção do seu proprietário.

Devemos reconhecer que a seleção das áreas destinadas às reservas é feita de forma muito primária, sem estudos detalhados de solo. Mesmo quando falamos em área agrícola, 70% tem bom potencial para a sua exploração econômica e 30% tem menor valor. Na reserva, a tendência é de 70% não ter uso agrícola e 30% oferecer alguma possibilidade, estimulando, assim, a ação do invasor.

Além da proteção natural, proporcionada pelos colonos, temos de definir um sistema de proteção das reservas florestais. É ponto que terá de ser apreciado nos próximos dias, junto ao IBDF, com maior pormenor. Pessoalmente, acho que o sistema não poderá ser baseado na presença de guardas armados, em constante ação de fiscalização. Penso que terá de ser um sistema leve, de fácil implementação, com sobrevôos regulares da área, ou fiscalização em terra, a fim de identificar as áreas que começam a ser invadidas. Não seria um pessoal de defesa, mas um pessoal de fiscalização e observação. Depois, teríamos de estabelecer um convênio com o Governo estadual, ou com o Exército, com vistas à retirada dos eventuais invasores. Essa ação pronta serviria, ao mesmo tempo, para desestimular a própria ação dos invasores, que tenderiam a transferir-se para outras regiões, onde a ação fiscalizadora fosse menos eficiente.

O sistema de assistência técnica florestal na região está baseado na ação de elementos sem especialização, tanto em matéria florestal em geral, quanto no tocante à seringueira em particular. Temos elementos especializados por setores na unidade central do sistema de extensão, mas os agentes de campo são polivalentes. O trabalho de extensão do IBDF teria, pois, de ser melho-

melhorado. Por isso, precisaríamos dispor, até janeiro vindouro, de uma clara definição do relacionamento previsto entre a ASTER e o IBDF, bem como do programa de treinamento dos agentes especializados e polivalentes do IBDF na região. O IBDF teria de participar também do ciclo de orientação dos colonos, antes de seu assentamento, a fim de esclarecê-los acerca das oportunidades, dos riscos e das obrigações respectivas nas reservas florestais, concorrendo ao mesmo tempo para a implementação de um plano para obter o maior número possível de árvores com valor comercial nas áreas desmatadas e para o treinamento dos agricultores nos aspectos de erosão e outros riscos ecológicos decorrentes de um desmatamento descontrolado. Teria de sobretudo estimular o sentido de propriedade coletiva dos agricultores com relação às reservas em bloco, levando-os a definir as práticas possíveis de exploração e proteção de tais blocos.

Paralelamente, o IBDF, junto com o INCRA e a SUDHEVEA, teria de estabelecer um sistema de exploração da floresta, que implica não apenas a obtenção da madeira, mas também da exploração coletiva das seringueiras nativas (se possível, mesmo da fauna).

Até janeiro, o IBDF deveria apresentar uma proposta de possíveis opções para o desenvolvimento das reservas florestais. Entendemos que tais reservas não poderão ser desenvolvidas dentro do tempo de implementação do Projeto, porque os colonos estarão voltados para o desmatamento e o aproveitamento da área agrícola, devendo a exploração das reservas ficar para mais tarde. Mesmo assim, o IBDF teria de cumprir aquela obrigação, pelo menos quanto a algumas opções de exploração das reservas e ao treinamento e à informação dos colonos.

Ainda não está precisado o papel do IBDF na definição da exploração comercial da madeira. Primeiramente, necessitamos de um cadastro das serrarias existentes na região (Porto Velho, Ouro Preto, etc.), capazes de atender a algumas das necessidades daquela exploração. Porém, o mais importante é definir as exigências de novas serrarias, ligadas ao processo de desenvolvimento da área, seja para a construção dos NUAR's, seja para casas individuais (demanda menor, quando se considera a baixa capacidade financeira dos colonos e sua repercussão sobre a demanda de madeiras serradas, obrigando-o a empregar a madeira tosca, por ele próprio processada). Estas construções mais simples serão, com a capitali

capitalização do colono, substituídas por edificações de melhor qualidade, ao longo do período de dez anos. Todavia, essas casas mais toscas têm graves implicações sobre o nível de saúde dos colonos, pois favorecem o aparecimento de doenças. Junto ao IBDF, INCRA e BNH, teríamos de verificar a possibilidade de financiamento para os colonos construírem a primeira casa de forma mais definitiva. Entendo que, financeiramente, não é problema de fácil solução. No entanto, teria a vantagem adicional de melhor fixar o homem à terra, através da casa mais definitiva. Teria de ser preparado um estudo a respeito das necessidades de madeira para tal tipo de construção, bem como das possibilidades de financiamento próprio e através de um sistema do tipo do BNH. Através da determinação das necessidades de madeira, chegar-se-á à definição da dimensão e localização das serrarias, provavelmente em cada NUAR. Em seguida, ter-se-á de discutir, possivelmente com a CODARON, qual órgão se encarregará de estabelecer tais serrarias. Serrarias privadas podem parecer a solução mais fácil. Mas serrarias pertencentes a órgão governamental teriam provavelmente a vantagem de repassar ao colono o lucro de empreendimento particular. No momento, uma serraria, estabelecida na região, amortiza o respectivo investimento dentro de oito meses. Sem contar o custo de operação da serraria, o preço da madeira serrada representa o dobro do da madeira em toras. Isso significa que, com um sistema organizado pelo Governo, poderíamos chegar a reduzir de 30% a 40% o preço da madeira serrada. Creio valer a pena organizar uma discussão a esse respeito, entre o IBDF e a CODARON.

Teríamos também de estudar as possibilidades e as necessidades de empregar a madeira para fins energéticos. Gostaríamos de receber do IBDF, até janeiro próximo, alguns estudos sobre as condições para o uso de locomóveis, ou gasogêneos, tornar-se mais conveniente do que o de o "diesel", ou energia elétrica. Em seguida, teríamos de ver como utilizar essa informação, a fim de criar uma componente sobre o uso da madeira para fins energéticos.

No estabelecimento de novas serrarias, o IBDF teria também um papel de treinamento da mão-de-obra, fossem elas públicas ou privadas.

Também há a necessidade do treinamento dos colonos no uso de moto-serras, conforme foi verificado pelo Engenheiro Florestal do Banco Mundial. Tais equipamentos são mal mantidos, apresentam riscos em matéria de segurança de trabalho e tem uma

aplicação deficiente no desmatamento.

Quando falamos em condições para o empréstimo, desejaríamos ver definidos três pontos, ou nos contratos, ou nos documentos precedentes. Em primeiro lugar, é necessário o estabelecimento de um programa de treinamento dos colonos, que exigirá uma estreita colaboração entre o INCRA, o IBDF e a SUDHEVEA, com a perfeita fixação dos cronogramas e custos respectivos. Em segundo lugar, a SUDHEVEA precisa criar uma unidade de apoio à produção da seringueira, antes ou quando do assentamento do colono. Em terceiro lugar, é indispensável aperfeiçoar a articulação entre as agências intervenientes no Projeto, de forma a bem coordenar as ações de escolha das áreas, planejamento do assentamento, seleção e treinamento dos colonos, estabelecimento dos colonos nos lotes e criação de toda a infra-estrutura econômica e social de apoio. Este é, no momento, o ponto mais fraco na preparação do Projeto: a maior interligação das várias agências é condição indispensável para o êxito do Projeto.

Pergunto a meus companheiros de Missão se pretendem acrescentar alguma coisa, ou fazer alguma observação. Não havendo nenhuma intervenção de meus colegas, creio que poderemos abrir a discussão.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO

Ao reiniciar a presente reunião, quero, em primeiro lugar, agradecer a intervenção completa, minuciosa, precisa e criteriosa, feita pelo Dr. Maurice Asséo.

Antes de conceder a palavra aos presentes, gostaria de fazer algumas observações, de caráter geral, acerca do que foi dito.

De início, desejo registrar a satisfação do Governo brasileiro diante de uma primeira avaliação, muito favorável, feita pelo Banco Mundial quanto à forma de execução do POLONOROESTE I. A esse respeito, é justo felicitar o trabalho desenvolvido pela SUDECO e pelo Governo de Rondônia, notadamente pela CODARON.

Quanto ao POLONOROESTE III, algumas considerações parecem importantes.

Em primeiro lugar, quero dizer que o meu Governo

compartilha das preocupações do Banco Mundial quanto à necessidade de estabelecer-se uma coordenação mais estreita entre o INCRA, que vai atuar como uma espécie de líder do Projeto de Colonização, e os demais órgãos encarregados de outras atribuições. De fato, em outros projetos de colonização do INCRA, em Rondônia e outras regiões do Brasil, esse Instituto ficava com quase todas as responsabilidades de implementar o projeto, tornando menos importante a necessidade da coordenação. No caso do Projeto ora em exame, a articulação com a SUDHEVEA e o IBDF, por exemplo, será fundamental e, estou certo, a SUDECO, com suas responsabilidades de administração geral, vai concorrer para que essa coordenação se faça de maneira mais correta e permanente.

Em segundo lugar, acho importante mencionar que o Governo brasileiro também participa das inquietações do Banco Mundial acerca da necessidade de empreender maiores estudos sobre determinadas áreas de colonização em Rondônia e Mato Grosso, que até agora tem sido objeto de estudos apenas preliminares. Refiro-me, particularmente, a Machadinho II, Capitão Sílvio e Marmelo, bem como as áreas a serem definidas no Estado de Mato Grosso.

Em terceiro lugar, quero expressar a preocupação do Governo brasileiro acerca dos custos totais do Projeto de Colonização. De um lado, temos o interesse em permanecer dentro dos limites estipulados pelo Decreto de criação do POLONOROESTE, ou seja, os US\$ 262 milhões. Do outro, temos a consciência de que aquele valor foi fixado numa fase distante, devendo talvez ser reajustado na base de um estudo mais pormenorizado. O ponto de equilíbrio será o resultante de criteriosas negociações com o Banco Mundial, que correspondam a custos reais, precisos e pormenorizados, inexistentes no momento de criação do POLONOROESTE.

Em quarto lugar, desejo manifestar a satisfação de meu Governo quanto ao cronograma proposto pelo Banco Mundial para todo o processo de preparo, avaliação, negociação e aprovação dos atos necessários à formalização do empréstimo ao Projeto de Colonização. Reconhecemos que essa proposta envolve um sacrifício muito grande para o Banco e o Governo brasileiro, já que vamos dispor de pouco tempo para o perfeito desenvolvimento de projeto bastante complexo, mas é muito necessário concluir a tarefa no mais breve prazo possível. O POLONOROESTE é um programa integrado de desenvolvimento e a colonização é uma parte importante do mesmo, não podendo, assim, ter sua execução relegada para fase muito posterior.

Em quinto lugar, julgo oportuna a colocação do Banco Mundial quanto ao modelo de produção da região, capaz de proporcionar não apenas renda às suas populações, mas também estabilidade social através da efetiva fixação do homem à terra. Estamos desejosos de fomentar outras culturas perenes, além da seringueira e do café. Admitimos que, com relação ao cacau, as conjunturas interna e externa não parecem promissoras, desaconselhando, assim, o incentivo à produção. Temos de encontrar outros tipos de cultura permanente, de modo a assegurar o êxito do Projeto. A forma de chegar à definição de tais culturas talvez não seja de um único órgão, mas por meio de um grupo de trabalho informal, que envolva diversas entidades com responsabilidade na matéria, desde a EMBRAPA até a SUDECO, passando por organismos estaduais. A relação aventada pelo Banco me parece, de qualquer maneira, muito próxima da que será indicada por tais apreciações: guaraná, castanha-do-Brasil, ipeca, pimenta-do-reino e, gostaria de acrescentar, mamona.

Em sexto lugar, desejo fazer comentário sobre a referência feita pelo representante do Banco Mundial sobre a conveniência de construir-se um tipo de casa mais permanente no Projeto de Colonização, a fim de contribuir para a radicação do homem à terra. Posso adiantar que, há poucos dias, o BNH criou um programa de estímulo à construção da casa rural. Será o caso de a representação do Banco Mundial, com a nossa assessoria, procurar contato com o BNH, para verificar a possibilidade daquele programa ser aplicado na área de colonização.

Por último, gostaria de lembrar aos presentes que a Missão de Avaliação do Banco Mundial permanecerá no Brasil por mais uma semana, a fim de manter contatos com diversos órgãos governamentais brasileiros, além de ficar à sua disposição para os entendimentos adicionais necessários.

Assim, a reação dos órgãos oficiais brasileiros, que se produzirá na presente reunião, não tem um caráter definitivo e total, podendo ser aperfeiçoada nas conversações de próxima semana.

Desejaria passar a palavra ao representante da SUDECO.

DR. DIONE CRAVEIRO P. SILVA (SUDECO)

Achamos que a viagem da Missão de Avaliação do Banco Mundial, efetuada na semana passada a Mato Grosso e Rondônia, foi bastante proveitosa, tanto para aquele Banco, quanto para o Governo brasileiro.

Como Coordenador Geral do trabalho a ser completado até final de janeiro próximo, a SUDECO tem, como sua principal preocupação, a de estabelecer um esquema de trabalho e colaboração inter-institucional das várias agências envolvidas na execução do Projeto de Colonização. Nesse sentido, seria fundamental saber se a Missão do Banco Mundial deixará no Brasil uma cópia dos documentos elaborados, que serão essenciais para o rápido e correto desenvolvimento dos trabalhos.

(A resposta, dada pelo Chefe daquela Missão, é afirmativa)

Além disso, a SUDECO procurará entrar em contato com todas as agências, a fim de estabelecer a forma de cooperação adequada.

DR. TULIO BARBOSA (INCRA)

Minha intervenção vai ser muito rápida, sobretudo em função da oportunidade que teremos de manter novos entendimentos com a representação do Banco Mundial durante a próxima semana.

Para fins de registro, gostaria de assinalar certas questões.

Em primeiro lugar, com respeito ao uso de empresas de consultoria para projetos finais de engenharia, desejaria dizer que, nos acordos chegados com o Banco Mundial, o INCRA deve utilizar os serviços daquelas consultoras, guardando, porém, em qualquer circunstância, as responsabilidades de supervisão e acompanhamento dos trabalhos. Em tais acordos, figura também que caberá ao INCRA realizar os desenhos finais de engenharia de 500 km de estradas, em qualquer tempo de execução do Projeto, embora o meu Instituto pretenda recorrer a essa faculdade no começo da implantação das atividades, se possível no primeiro ano. Na conversa com o Dr. Sallier (Consultor do Banco Mundial para Assuntos Rodoviários), concordamos que o Banco, junto ao trabalho normal de

supervisão da construção de estradas, faria uma avaliação da atuação do INCRA em matéria de consultoria. O INCRA acredita ter capacidade de efetuar um bom trabalho e, se isso for reconhecido pelo Banco, não parece haver razão para não prosseguir essa atividade de consultoria além dos 500 km. Obviamente, o reverso é verdadeiro, isto é, o INCRA compromete-se a empregar o trabalho de consultoras privadas, preferencialmente em esquema misto (consultoras/INCRA), para possibilitar o treinamento de seus próprios técnicos.

Em segundo lugar, quero mencionar que, pela exposição do Dr. Asséo, existe uma disposição clara para executar o Projeto de Colonização em seis anos. Essa questão fora colocada ao Diretor do INCRA (quatro ou seis anos), tendo-se chegado à conclusão de que se trata de questão eminentemente técnica na dependência do cronograma a ser preparado e capaz de ser cumprido. Assim, a questão não parece estar ainda resolvida e não há decisão sobre se o Projeto deve ser implementado em quatro ou seis anos. Temos de trabalhar mais nos cronogramas, a fim de dispor de conclusão firme a respeito.

Finalmente, cabe uma palavra sobre o componente de treinamento de colonos e de articulação do INCRA com outras agências (ASTER, IBDF, SUDHEVEA, etc.). Quero esclarecer o momento da execução de tal componente. Segundo a apresentação do Dr. Asséo, deveria preceder ao assentamento dos colonos. Será muito difícil, impossível mesmo, reunir os colonos antes do assentamento, a fim de receber o proposto treinamento. Obviamente, é uma questão que precisa ser melhor definida pelo INCRA, junto aos demais órgãos, quando da elaboração do cronograma dos trabalhos.

DR. MAURICE ASSÉO (BANCO MUNDIAL)

Estou de acordo com a necessidade de definir-se, no plano técnico, o prazo de implantação do Projeto. No Banco Mundial, gostamos de planejar, com tempo suficiente para a execução, de modo a incluir, no custo final do Projeto, reservas bastantes para cobrir os imprevistos financeiros decorrentes de atraso na execução. Os órgãos executantes sentem-se presos ao limite de quatro anos para a implementação do POLONOROESTE, com receio de que, no caso de prolongamento além daquele prazo, a

transferência de recursos financeiros poderia ser afetada. Gostaria apenas de levantar este problema, na esperança de que algum dos presentes, talvez o representante da SUBIN ou o do IPLAN, possa esclarecê-lo. Em outras palavras, a questão é a de saber até que ponto estamos ligados, em termos financeiros, ao cronograma do POLONOROESTE, se o Governo veria alguma dificuldade para adaptar esse Programa a um prazo mais longo, na base de um cronograma mais técnico e realista.

Quanto ao componente de treinamento de colonos, gostaria de esclarecer que não estava propondo senão uma primeira orientação antes do assentamento, que seria proporcionada pelo INCRA, com as colaborações da SUDHEVEA, IBDF, e Governos locais.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Gostaria de ouvir a palavra de meus colegas do IPLAN (Dr. José Teófilo Oliveira) e da SUBIN (Dr. Carlos Roberto Cristalli).

Antes, porém, desejaria fazer algumas observações a respeito da questão levantada pelo Chefe da Missão de Avaliação do Banco Mundial. Quando o Governo brasileiro aprovou o POLONOROESTE, em maio de 1981, tinha consciência de ter formulado um programa de desenvolvimento regional com um grau de pormenor até então não assinalado em qualquer outro programa. Não pretendia criar uma espécie de "camisa-de-força", capaz de tolher seus próprios movimentos, de modo inconveniente, nos anos seguintes. Tinha o Governo a certeza de que os objetivos, as metas, as estratégias, os custos e as programações teriam de ser flexibilizados ao longo do tempo, neles se introduzindo as adaptações necessárias para enfrentar a realidade dos fatos numa região desconhecida. São, pois, balisamentos de ordem geral, que poderão ser modificados, mediante entendimentos entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, e também dentro do próprio Governo brasileiro, se necessário com a autorização do Senhor Presidente da República. Porém, no momento, o meu Governo não vê a necessidade de estender em demasia a implantação do POLONOROESTE e de seus Projetos, mas mantê-los, na medida do possível, dentro do prazo, a fim de não afetar os custos previstos no Decreto de sua criação.

Queria conferir esta impressão pessoal com as de meus colegas do IPLAN e da SUBIN.

DR. MAURICE MASSEU (BANCO MUNDIAL)

Antes, gostaria de dizer que o Banco Mundial prefere planejar com a maior folga possível, inclusive porque o financiamento concedido pode ser aplicado além do prazo fixado para a execução de qualquer Projeto, desde que não ultrapasse oito anos. Da mesma forma, se um empréstimo é concedido para desembolso em seis anos, nada impede que o Projeto possa ser executado em quatro, economizando o mutuário, com isso, as taxas de compromisso. Contudo, não pode ser reajustado o montante total do empréstimo. Em outras palavras, os aumentos de custo finais, resultantes de extensão na execução do Projeto, são de responsabilidade do Governo brasileiro, reduzindo-se, com isso, a participação percentual do Banco Mundial. Por isso, gostamos de ter uma identificação realista do tempo necessário para a implantação do Projeto, a fim de poder participar plenamente do mesmo em termos financeiros.

DR. JOSE TEÓFILO DE OLIVEIRA (IPLAN)

Acho que a colocação do Embaixador Leite Ribeiro foi adequada e perfeita. Preocupa-nos, a curto prazo, a possibilidade de uma ampliação excessiva dos custos totais do POLONOROESTE. Na medida em que a expansão do tempo não implicar a ampliação dos recursos, a solução admitida pelo Banco Mundial é perfeitamente possível. Não adianta fixar a realização de certo Projeto para quatro anos, se sabemos, desde já, que ele terá de ser executado em seis anos. Além disso, uma programação a prazo mais longo, embora seja em exercício mais difícil, permite também antecipar problemas. Então, eu reitero que a colocação do Embaixador Leite Ribeiro foi bem feita, na medida em que o prazo não é uma restrição importante, embora seus reflexos sobre os custos preocupem o Governo brasileiro. Em outras palavras, seria difícil chegar a entendimentos com o Banco Mundial, em torno do POLONOROESTE III, com base em números que violassem, de maneira expressiva, o teto de US\$ 252 milhões.

DR. CARLOS ROBERTO CRISTALLI (SUBIN)

Estou plenamente de acordo com o afirmado tanto pelo Embaixador Leite Ribeiro, quanto pelo Dr. José Teófilo Oliveira. A SUBIN só tem restrições a prorrogações de prazos para a execução de Projetos cujo desempenho seja muito baixo em termos de desembolso.

DR. FORTIVALDO AQUINO DE ALMEIDA (SUDHEVEA)

A partir da presente Missão de Avaliação do Banco Mundial, a SUDHEVEA passou a considerar o POLONOROESTE com maior objetividade, a ponto de hoje admitir um deslocamento de metas do PROBOR III (18.000 ha) para atender aos requisitos do Projeto de Colonização. No momento, a SUDHEVEA está integrada na situação, com total disposição para articular-se com as demais agências governamentais no esforço de implantação do Projeto, tal como preconiza o Banco Mundial. Essa coordenação é muito importante, em diversos aspectos. Por exemplo, se vamos plantar seringueiras no POLONOROESTE a partir de 1984, teríamos logo de formarmos viveiros. São casos em que uma antevisão de pelo menos doze meses é indispensável ao êxito da missão. A proposta de articulação é fundamental, inclusive para a SUDHEVEA poder posicionar-se em termos de recursos financeiros e suas fontes.

O representante do Banco Mundial fez referência à possibilidade da concessão de financiamentos em grupo. Diria que, de acordo com o PROBOR III, isso não será possível. O financiamento terá de ser concedido à pessoa física.

A SUDHEVEA encara com muita satisfação a sugestão para criar unidades de apoio à produção. Os modelos visnalizados nos entendimentos com o Banco Mundial parecem atender às condições do Brasil.

No tocante aos seringueis em bloco, é importante fazer a ressalva de que dificilmente poderão os mesmos ser formados. Poderão ser constituídos alguns desses blocos, mas a desconfinidade prevalecerá na maioria dos casos. Isso vai exigir a maior integração do INCRA e da SUDHEVEA, com vistas ao desenho das estradas, dos lotes e dos blocos de seringueiras.

Quanto à área mínima passível de financiamento, a SUDHEVEA irá examinar a possibilidade de, no médio prazo, atender as solicitações para 2 ha, na esperança de que, com tal financiamento, o colono possa fazer um segundo empréstimo, de maneira a dispor de uma área cultivada de 4 ha. Isso seria um fator de seleção, capaz de elevar a produtividade média.

A administração das unidades de apoio à produção terá de ser definida, de forma a transformar-se, como deseja a SUDHEVEA, em um efetivo instrumento adicional de assistência técnica ao produtor. Impõe-se também precisar o respectivo suporte financeiro: vamos utilizar os recursos disponíveis para assistência técnica, ou aportar novos recursos? Isso precisa ser definido, dentro de um prazo relativamente curto.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LELTE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Gostaria de não apenas agradecer as palavras do representante da SUDHEVEA, mas ainda manifestar minha satisfação por ver essa entidade tão bem integrada aos esforços de implementação do POLONOROESTE III.

DR. MAURICE SASSE (BANCO MUNDIAL)

Gostaria de fazer pequenos comentários, com referência aos 18.000 ha de cultivo da seringueira no POLONOROESTE III, nas linhas dos financiamentos do PROBR III. Desejaria ter a segurança de que essa área não representaria uma transferência de recursos dentro da região, mas envolveria a aplicação de recursos adicionais.

Por outro lado, quanto às plantações de seringueira em bloco, estamos convencidos de que a descontinuidade vai prevalecer, sendo até útil para evitar a rápida contaminação de doenças. O principal objetivo de tais blocos é de facilitar os serviços de assistência fitossanitária e de extensão florestal, a través de blocos de 30/40 ha (10 a 20 agricultores agrupados).

Com respeito às urgências de cronograma (por exemplo, no estabelecimento de viveiros, ou na definição da administração das unidades de apoio à produção), gostaria de ter uma posição

da CODARON. Sei que esta companhia dispõe de viveiros na região e tem possivelmente capacidade para ampliar tais viveiros. Não sei se a CODARON tem algum interesse de colaborar na definição de outros elementos urgentes na produção da seringueira, beneficiando-se do seu maior conhecimento da área. Isso exigiria, provavelmente, uma mais estreita colaboração entre a SUDHEVEA e a CODARON.

Nossa apresentação foi mais dirigida aos órgãos federais, mas isso não significa menosprezo pelo papel das instituições estaduais, que é muito importante e terá de ser bem definido.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Antes de passar a palavra ao representante do Governo de Rondônia, gostaria de precisar que, conforme o reconhecido na última reunião, os 18.000 ha representam um remanejamento de metas dentro do PROBOR III, significando, portanto, metas adicionais ao PROBOR II, ora em aplicação em Rondônia.

O representante da SUDHEVEA concordou com essa interpretação).

DR. WILLIAM CHRY (GOVERNO DE RONDÔNIA)

A definição da participação da CODARON no POLONORGESTE III só pode ser vista quando esclarecida a participação do Estado de Rondônia no Programa e, para mim, nessa questão parece ainda muito confusa. Com franqueza, estou levantando um problema técnico, e não um problema político, embora ambos se interrelacionem. Não se pretende criar em Rondônia um "Estado Novo", com estrutura administrativa totalmente divorciada do Estado existente. Quando for necessária a participação do Governo de Rondônia dentro do POLONORGESTE III, terá de ser reexaminada a questão da coordenação do INCRA com as demais agências governamentais federais e estaduais com ingerência no Projeto de Colonização. No tocante a seringueiras, por exemplo, já existe uma definição do Governo estadual e da SUDHEVEA sobre o que deverá ser plantado dentro do PROBOR III, com a menção das áreas prioritárias para o Estado. Quando se menciona promover o remanejamento dessas metas,

refirindo de determinadas áreas para aplicar dentro do Projeto de Colonização o equivalente a 17.000 ha, o Governo estadual tem de ser ouvida a respeito.

Queria fazer uma colocação em relação ao POLONOROESTE II e a estradas. Quando se fala na diferença entre o valor estimado inicialmente e o custo real, é importante reconhecer que o processo não foi bem conduzido quanto a estradas. Rondonia propunha, de início, uma estrada de primeira penetração, que seria consolidada apenas nos seus trechos críticos, ficando a mesma, assim, em valor bastante abaixo do valor real observado no Programa. Alterado o padrão da estrada, sem modificar o respectivo valor, é natural a ocorrência de defasagem.

Podemos acrescentar que o Governo de Rondonia já desfruta de certa experiência em termos de construção de casas pelo BNH, dentro do programa recém-criado para a zona rural. A CODARON tem um convênio assinado com o BNH para 9.800 unidades residenciais e isso poderá ser útil para o Projeto de Colonização.

Quanto à construção de serrarias, a CODARON poderá participar, desde que se defina a forma de contribuição do Estado.

Correlação ao Projeto de Colonização, o Governo de Rondonia não dispõe de informações técnicas pormenorizadas. Desde já, é muito preocupado com a extensão da rede rodoviária para 15.000 famílias -- pode ser o ideal, resultando a minha inquietação dos desconhecimento da situação.

Quando se fala em NÚCLEO, no momento, o meu Estado desconhece seu conceito atual -- penso que o mesmo deve incluir a construção de armazéns, posto médico e uma série de outros equipamentos tanto na área social, quanto na econômica. Essa denominação, já empregada no chamado POLONOROESTE I, é utilizada agora no POLONOROESTE II (Colonização). Se tais Núcleos constarem apenas de residências ou prédios para sedes de órgãos, talvez seu projeto devesse ser repensado, pois, em caso contrário, terá de criar-se um POLONOROESTE IV a fim de consolidar as obras ora propostas.

Assim, essa relação estradas/núcleos deveria ser bem analisada, pois talvez um pouco de economia na rede rodoviária poderia conduzir para melhor viabilizar os núcleos, evitando maiores problemas no futuro.

Em nível técnico também, o Governo de Rondônia não tem conhecimento dos critérios para a escolha das áreas de assentamento e apreciaria poder melhor informar-se para estar em condições de melhor opinar no tocante aos modelos de produção agrícola.

Portanto, tem o Governo de Rondônia muito pouca informação sobre o Projeto de Colonização.

Gostaria de considerar, uma vez mais, o problema da coordenação inter-institucional e, a esse respeito, desejaria ter a opinião do Dr. Maurice Asséo acerca da posição do Estado de Rondônia, da SUDECO e do Ministério do Interior, nessa grande participação de órgãos.

Não quero ser ácido, e desejo mesmo pedir desculpas por causar este tipo de polémica, mas acho importante, nesta fase final de decisão, ouvir a palavra do meu Estado e de seu Governador.

EMBAIXADOR PAUL FERNANDO ABETE BRISTRO (SEPLAN/GM)

Desde quando começamos a elaborar o POLONOROESTE, procuramos levar o Estado de Mato Grosso e o então Território de Rondônia a uma participação muito ampla nos diferentes estágios de nossa ação, já que são eles os beneficiários finais de todo o esforço de desenvolvimento.

Quando negociamos com o Banco Mundial o POLONOROESTE I, nos beneficiamos da presença muito marcante e da assessoria bastante valiosa do representante do Governo de Rondônia, que era e é o seu Secretário de Planejamento.

O mesmo ocorreu quando dos entendimentos com aquele Banco em torno do chamado POLONOROESTE II. A participação do Delegado do Governo de Mato Grosso foi muito ativa.

Acontece que, algumas vezes, há uma interrupção, ou descontinuidade, na forma de representação do Governo estadual nas nossas reuniões. Isso é particularmente válido com relação a Rondônia, cujos delegados nem sempre refletiram a mesma postura, embora sempre exercessem com inegável competência a defesa de ori

orientações específicas.

A meu ver, o problema principal resulta das dificuldades de coordenação não só entre os Governos federal e estadual, mas sobretudo dentro do próprio Governo estadual.

DR. MAURICE ASSÉO (BANCO MUNDIAL)

Antes de falar dessa questão de coordenação, que consideramos muito importante, desejamos fazer uma observação sobre os NUAR's. Tais núcleos, como definidos no Projeto de Colonização, atenderiam a um maior número de famílias do que o previsto no POLONOROESTE I, já que o lote de cada família é menor e, consequentemente, é mais acentuada a densidade demográfica respectiva. Assim, em lugar de prestar serviços a cerca de 800 famílias (com lotes de 100 ha cada uma) conforme o POLONOROESTE I, o NUAR do Projeto de Colonização (POLONOROESTE III) atenderia perto de 2.000 famílias (com lotes de 40 ha cada uma). Porém, os componentes dos referidos núcleos são muito parecidos, em um e outro caso. Portanto, penso que, em termos gerais, o INCRA seguiu muito de perto o modelo de NUAR fixado pela CODARON, com escola, posto de saúde, armazem, etc. A Missão de Avaliação, contudo notou que, em se tratando de novas áreas de colonização, existem outras necessidades, como os escritórios de agências governamentais (IBDF, SUDHEVEA, etc.), que não foram consideradas na proposta do INCRA. Estamos solicitando a ampliação da estrutura dos novos núcleos, de maneira a incluir prédios para abrigar os serviços daquelas agências. Portanto, estamos de acordo com as observações do representante de Rondônia, no sentido de que os NUAR's devem atender plenamente as necessidades da área debaixo de sua influência.

Quanto à coordenação, particularmente entre os órgãos federais e estaduais, o Banco Mundial compreende as preocupações do Governo de Rondônia acerca da conveniência de evitar-se a formação de dois poderes paralelos dentro do Estado. O papel do INCRA é o de construir e, depois, de repassar as obras ao Governo estadual. Por isso, a construção tem de ser feita com o acordo do Governo estadual, que irá operar, manter e dar vida à infra-estrutura montada pelo INCRA. Por isso, pedimos sempre uma mais estreita

ta colaboração entre os Governos federal e estadual. Porém, a Mis são do Banco não está ainda em condições para definir o modelo des sa colaboração, já que não logrou ainda estabelecer uma coopera - çao entre o INCRA e os órgãos estaduais para formular um primeiro esboço daquele modelo. Isso não significa que o Banco atribua pou ca importância à questão, cuja consideração merecerá a atenção es pecial da próxima Missão.

REPRESENTANTE DO IBDF

Na verdade, em termos técnicos, o que foi hoje aqui colocado refletiu o resultado das conversações travadas re - centemente entre consultores do Banco Mundial e técnicos do IBDF, bem como de documento elaborado por este Instituto.

Agora, precisamos submeter tais propostas técni cas à consideração da direção do IBDF, com vistas a ratificá-las. Isso deverá acontecer durante a próxima semana.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Antes de passar a palavra ao representante de Mato Grosso, pergunto ao delegado do Ministério do Interior se tem alguma observação adicional a fazer.

DR. PAULO DANTE COELHO (MINISTÉRIO DO INTERIOR)

Acreditamos que a SUDECO já expressou a posição do Ministério do Interior, no sentido de dar continuidade aos entendimentos com o Banco Munidal. Assim, não teríamos comentários específicos sobre o assunto.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Consulto os representantes dos Ministérios da A gricultura e das Relações Exteriores, sobre se desejam fazer al - gum comentário.

(a resposta é negativa)

Pergunto se o representante do Ministério dos Transportes quer fazer uso da palavra, inclusive para comentar a participação do BEC na obra rodoviária do Projeto de Colonização.

DR. JOSÉ CAIXETA (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES)

Só desejo confirmar a proposta apresentada, que foi objeto de detalhadas conversações com o INCRA, a respeito da participação do BEC, que será muito útil na construção das primeiras estradas coletoras, tendo em vista seu conhecimento da área e sua capacidade de realizar trabalho pioneiro. Baseados em recentes experiências, acho que o BEC está bem qualificado para exercer as atribuições previstas. A programação está boa. As facilidades, admitidas pela Missão do Banco Mundial na definição dos trabalhos de consultoria para a realização do projeto final, vão contribuir bastante para agilizar todo o processo.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Se nenhum outro representante de órgão federal tem outra consideração a fazer, passaria a palavra ao representante de Mato Grosso.

DR. GEORGE BORGES (IPLAN)

O representante do Banco Mundial mencionara, no início, que haveria a necessidade de definir, com precisão, os segmentos que seriam financiados a partir desta data, com efeito retroativo. Indagaria sobre se há alguma dúvida sobre esses segmentos.

DR. MAURICE ASSÉO (BANCO MUNDIAL)

Não temos dúvidas quanto ao projeto global. Esse pedido era apenas para o que deveria ser ligado a um financiamento retroativo. Temos uma ideia geral, mas não entramos no por menor, o que terá de ocorrer até ao final de janeiro.

DR. GEORGE BORGES (IPLAN)

Fiz essa indagação porque o IPLAN está concluindo, esta semana, um esforço de programação de Cr\$ 1,7 bilhão para o INCRA. Como este recurso terá de ser gasto em parte a partir desta data, possivelmente deveria já haver uma concordância entre as obras propostas pelo INCRA e a possibilidade de reembolso das despesas.

DR. MORVAN DE PAULA BARBOSA (INCRA)

Quero esclarecer o Dr. George Borges que grande parte desses recursos, ou a sua quase totalidade, será aplicada em serviços de topografia. Já estamos preparando a minuta do respectivo edital, que será submetido ao Banco Mundial, de forma a possibilitar o financiamento das despesas decorrentes quando da a provação final do Projeto.

DR. TITO CAMPOS (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO)

Tenho poucas observações, já que a parte do Projeto no meu Estado ainda não está definida. Contudo, estou preocupado porque a proposta área (Vale do Guaporé) não é de domínio do Estado, que não tem, assim, soluções preparadas para resolver os seus problemas potenciais. É área em processo de rápida valorização, em função da abertura da BR-364, e a perspectiva do POLONO - ROESTE III já começa a constituir um foco importante de atração de colonos. Trata-se de uma região em acelerada transformação, como reconheceu o representante do Banco Mundial, e ficamos inquietos com a demora das soluções governamentais, que sempre chegam depois dos colonos. O Governo de Mato Grosso, através de convênio com o INCRA, já está atuando em Pontes e Lacerda, a fim de completar a regularização de sua estrutura fundiária. Está tentando fazer programas em outras áreas, como Aripuanã. Fico seriamente preocupado com toda a região de influência do POLONOROESTE, devido à dimensão dos problemas potenciais. E fico ainda mais inquieto quando constato a possibilidade, admitida pelo representante do Banco Mundial, de, não se encontrando área suficiente no meu Estado, transferir para Rondônia os 5.000 colonos de nossa participação no Projeto de Colonização. Isso teria sérias consequências no meu Estado que não poderia prescindir de um Projeto de Colonização, principal^{mente} em uma região fértil, como o Vale do Guaporé. Tal como meu colega de Rondônia, acredito que, na coordenação inter-institucio^{nal}, estão os grandes problemas do Projeto.

DR. MAURICE ASSÉO (BANCO MUNDIAL)

Não pretendemos deixar Mato Grosso fora do Projetode Colonização, mas temos receio de que sujam dificuldades capazes de atrasar a parte desse Estado.

DR. TÚLIO BARBOSA (INCRA)

O INCRA tem interesse em desenvolver a parte do Projeto em Mato Grosso e, para isso, tenciona esclarecer, tão rapidamente quanto possível, a situação fundiária na área escolhida.

EMBAIXADOR RAUL FERNANDO LEITE RIBEIRO (SEPLAN/GM)

Muito obrigado. A reunião foi gravada e espero poder transmitir a todos os seus participantes, nos primeiros dias da próxima semana, uma ata dos presentes debates. Essa ata será muito útil para orientar os nossos próximos trabalhos, sobretudo porque a exposição do representante do Banco Mundial foi muito por menorizada quanto aos compromissos assumidos ou por assumir para poder completar o seu Relatório de Avaliação. Declaro encerrada a presente reunião.

POLONOROESTE

COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM RONDÔNIA E MATO GROSSO1. Introdução

1.01. O presente documento tem o propósito de apresentar, de forma resumida, informações sobre arranjos institucionais, aspectos técnicos e ações a serem desenvolvidas com vistas à elaboração de uma proposta forma do Projeto "Colonização de Novas Áreas em Rondônia e Mato Grosso", no âmbito do POLONOROESTE, a ser avaliada proximoamente pelo Banco Mundial.

Arranjos Institucionais

1.02. Após um período relativamente longo de marchas e contramarchas, autoridades brasileiras e do Banco Mundial acordaram em vários pontos, entre os quais destacam-se os que se referem à responsabilidade pela preparação e implementação dos distintos componentes do projeto e aos limites orçamentários a serem obedecidos na determinação do tamanho do projeto (custo total).

1.03. Quanto ao primeiro ponto, decidiu-se pela divisão do projeto em duas partes, separadas mas interdependentes: a primeira relativa aos aspectos fundiários, sob a responsabilidade do INCRA, a qual engloba as seguintes atividades principais: seleção das áreas do assentamento, microplanejamento ("layouts") dos projetos de colonização, demarcação topográfica das parcelas ou lotes e das reservas florestais em bloco, construção das estradas no perímetro dos projetos e de acesso às reservas florestais, construção da infra-estrutura básica dos núcleos urbanos, incluindo escolas e postos de saúde, seleção, assentamento e titulação dos colonos.

1.04. A segunda parte diz respeito ao conjunto de atividades de apoio à produção (assistência técnica, organização da produção, crédito, pesquisa armazenamento), de infra-estrutura social (educação, saúde, organização e

desenvolvimento comunitário) e de extensão florestal (assistência técnica, organização da produção florestal, comercialização, pesquisas), sob a responsabilidade dos Estados de Rondônia e Mato Grosso e de instituições federais (IBDF, SUDHEVEA, EMBRATER, EMBRAPA, CIBRAZEM, CEPLAC) e supervisão e coordenação da SUDECO, em colaboração com IPLAN/SEPLAN.

1.05. A proposta do INCRA já foi elaborada (e encaminhada ao Banco Mundial). Seu cronograma de implantação é de vital importância para a elaboração da proposta da segunda parte e é apresentado à continuação. Da mesma forma, é apresentado um conjunto de informações técnicas derivadas de exercícios anteriores elaborados pelo INCRA, quando este tinha a responsabilidade pela preparação de todo o projeto.

1.06. De acordo com instruções emanadas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), o custo total do projeto terá o limite (o qual, em nenhuma circunstância, poderá ser excedido) e US\$ 262 milhões. As estimativas disponíveis indicam que esse total será suficiente para o assentamento de aproximadamente 20 mil famílias, a um custo por família de US\$ 13,100. Desse custo, cerca de US\$ 11 mil serão destinados aos investimentos a cargo do INCRA e o restante às atividades de apoio à produção, infra-estrutura social e extensão florestal.

Aspectos Técnicos

1.07. Os aspectos técnicos relevantes, objeto da seção III do presente documento, dizem respeito a alguns parâmetros que deverão ser considerados na elaboração da proposta da segunda parte, a partir do cronograma de assentamento preparado pelo INCRA. Esses parâmetros foram obtidos dos exercícios de planejamento elaborados anteriormente pelo INCRA com o apoio técnico de missões do Banco Mundial e do Programa Cooperativo FAO/Banco Mundial. Tais parâmetros poderão ser revisados quando da missão de avaliação do Banco, tendo-se o cuidado, contudo, de não levar a um aumento do custo total do projeto, ou a uma redução na meta de assentamento e/ou a uma alteração significativa na alocação dos recursos entre os distintos componentes.

2. A Proposta de INCRA

2.01. A proposta elaborada pelo INCRA - e já encaminhada ao Banco Mundial, à SUDECO e à SEPLAN - contém as seguintes características principais:

- (i) Meta: assentamento de 20 mil famílias, no período ... 1982/86, das quais 15.015 em Rondônia e o restante em Mato Grosso;
- (ii) Projetos: em Rondônia, os projetos selecionados são: Urupã I, Urupã II, Machadinho I, Machadinho II, Capitão Sílvia e Marmelo. Em Mato Grosso, o assentamento será feito no Vale do Guaporê;
- (iii) Cronograma (projetos e número de famílias; por ano);

PROJETOS	1.982 ^{a/}	1.983	1.984	1.985	1.986	TOTAL
Urupã I e II	1.130	918				2.048
Machadinho I		1.717				1.717
Machadinho II		1.000	1.500	1.500	1.000	5.000
Marmelo			1.000	1.000	500	2.500
Cap. Sílvia			1.000	1.750	1.000	3.750
Sub-Total RO	1.130	3.635	3.500	4.250	2.500	15.015
Vale do Guaporê MT			500	1.000	3.485	4.985
TOTAL GERAL	1.130	3.635	4.000	5.250	5.985	20.000

a/ referem-se aos anos de efetivo assentamento de colonos.

(iv) Custo total estimado: US\$ 219.949.900;

(v) atividades programadas e custos:

(US\$ 1,000)	
ATIVIDADES	Custo TOTAL
A. Investimentos	
Construção estradas	115,930.0 a/
Demarcação Lotes	31,880.0
→ Infra-estrutura núcleos	23,679.9 ←
Estudos de solos	7,000.0
Sub-Total	178,489.8
B. Custeio	
Administração INCRA	9,240.1
A+B	187,730.0
C. Contingências físicas	32,219.9
D. Custo total do projeto sem contingências de preços	219,949.9

a/ Considerando que 50% das estradas serão construídas pelos BEC's

(vi) Área total, área das parcelas:

$$11 \times \frac{15.000}{1.500.0} = 115$$

PROJETOS	Área total (1.000 ha)	Área de assentamento (1.000 ha) a/	Área média dos lotes (ha)
Urupã I	70	35	25
Urupã II	33	23	25
Machadinho I	100	69	40
Machadinho II	400	200	40
Marmelo	200	100	40
Capitão Sílvia	380	150	40
Guaporê: MT	400	200	40

a/ Área equivalente destinada a reservas florestais.

3. Os Componentes Complementares

3.01. Os componentes complementares referem-se às atividades de desenvolvimento agrícola (apoio à produção e infra-estrutura social), e ao desenvolvimento florestal. Como indicado anteriormente, a responsabilidade de elaboração e posterior implementação dos distintos componentes é dos Estados de Rondônia e de Mato Grosso e das instituições federais envolvidas, sob a coordenação e supervisão da SUDECO.

Desenvolvimento Agrícola

Sob este item acham-se agrupados os componentes referentes à atividades e serviços (de apoio à produção e de infra-estrutura social), a serem desenvolvidas diretamente pelos Estados de Rondônia e Mato Grosso dentro do Projeto de Colonização de Novas Áreas, à medida em que sejam transferidos aos mesmos as infra-estruturas físicas implantadas pelo INCRA relativamente aos Subprojetos de Assentamento Urupã I, Urupã II, Machadinho I, Machadinho II, Capitão Sílvio e Marmelo, em Rondônia, e ao Subprojeto de Assentamento Guaporé, em Mato Grosso. U

Apoio à Produção

3.02. As atividades de apoio à produção podem ser assim listadas, com os respectivos responsáveis:

ATIVIDADES	Responsáveis
1. Assistência técnica aos colonos em geral	EMBRATER/ASTER-RO/ <u>EMATER-MT</u>
2. Assistência aos produtores de seringueira, incluindo crédito, treinamento de sangradores, organização da produção e processamento do látex.	SUDHEVEA
3. Pesquisa Agropecuária (dedicada à exploração de solos de fertilidade mediana a fraca)	EMBRAPA/UEPAE- RONDÔNIA
4. Armazenamento e secagem de grãos	CIBRAZEM/ <u>CASEMAT</u> /CODARON
5. Assistência aos produtores de cacau, incluindo crédito, provisão de mudas, treinamento	CEPLAC/ASTER
6. Crédito (estimativa das necessidades)	Linhas normais, exceto <u>PROBOR</u> e PROCACAU

3.03. Os procedimentos usuais para a preparação dos componentes requerem a utilização de modelos de produção. Três modelos principais têm sido considerados, todos eles tendo como base ou atividade pivotal a exploração de culturas perenes de alto valor comercial (seringueira, cacau e café) e, subsidiariamente, a produção de culturas anuais de subsistência (arroz, milho, feijão, mandioca), em sistema de rotação, e modesta exploração de pequenos animais (aves, suínos).

3.04. Os modelos de produção, quanto às culturas perenes, têm o seguinte comportamento de área plantada, por parcela:

MODELO	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5 e ss
Café	0	2,0 ha	3,0 ha	4,0 ha	5,0 ha*
Cacau	0	3,0 ha	5,0 ha	7,0 ha	7,0 ha
Seringueira	0	3,0 ha	3,0 ha	4,0 ha	<u>4,0 ha</u>

* ano de estabilização.

3.05. Estima-se nos Projetos Urupã I e Urupã II 26,5%, 38,0% e 35,4% dos colonos irão adotar os modelos café, cacau e seringueira, respectivamente. Nos demais projetos de Rondônia, estima-se que somente 5% adotarão o modelo café, 5% o modelo cacau e 90% o modelo seringueira. Em Mato Grosso (Vale do Guaporê), estima-se que a quase totalidade adotará o modelo seringueira (90%) e 10% o modelo café.

3.06. À vista disso, estimam-se as seguintes áreas totais plantadas, por ano:

<u>Ano</u>	<u>Café</u>	<u>Cacau</u>	<u>Seringueira</u>
1984	860	1.290	1.200
1985	1.402	2.318	8.310
1986	1.316	2.357	11.200
1987	1.642	1.961	16.945
1988	1.547	1.151	19.758
1989	762	676	4.725
1990	562	250	5.386
1991	299	-	-
TOTAL	8.390	10.003	67.524

As quais serão cultivadas pelos seguintes números de colonos:

<u>Projetos</u>	<u>Café</u>	<u>Cacau</u>	<u>Seringueira</u>	<u>TOTAL</u>
Urupã I	300	430	400	1.130
Urupã II	243	350	325	918
Machadinho I	86	86	1.545	1.717
Machadinho II	250	250	4.500	5.000
Marmelo	125	125	2.250	2.500
Cap. Sílvia	187	188	3.375	3.750
Guaporê: MT	<u>249</u>	-	<u>4.486</u>	4.735
TOTAL	1.440	1.429	16.881	19.750

3.07. Em anexo são apresentadas as principais características dos modelos em termos de área, produtividade e produção. Deve-se notar que, após revisão, o modelo de seringueira foi alterado, permitindo-se que a área plantada alcance 4 hectares no 4º ano, em lugar dos 6 que aparecem no modelo. As estimativas de produção total, para cada um dos produtos, podem ser feitas à partir do conhecimento de número de colonos que adotam cada um dos modelos (vide parágrafo 3.05.), as áreas plantadas em cada modelo e os rendimentos culturais (vide modelos anexos) em cada ano de desenvolvimento do projeto.

3.08. Com base nos dados precedentes, podem ser estimadas as necessidades de assistência técnica, crédito, mudas e outros insumos, armazenamento e comercialização. De mesma forma, podem ser calculados os fluxos de caixa dos colonos em cada modelo (vide estimativas anexas).

3.09. O componente "pesquisa agropecuária", conforme entendimentos mantidos com a EMBRAPA/UEPAE e as missões do Banco Mundial, deve contemplar pesquisas adaptativas condizentes com a exploração de solos tipo-Machadinho. Os investimentos devem prever ampliação das facilidades laboratoriais em Porto Velho e estabelecimento de pequena unidade de pesquisa em Machadinho. No mais, as necessidades de pesquisa seriam satisfeitas com os recursos já disponíveis no POLONOROESTE I.

3.10. As demais indicações (coeficientes) técnicas podem ser encontradas, principalmente, nos seguintes documentos preparados pelo INCRA e disponíveis na SUDECO: (a) Relatório Principal elaborado em janeiro de 1982, com destaque para as informações contidas nas páginas 16, 27-28, 32-36, 38-40, 57, 58-59, 67, 68-82; (b) Anexo 6 (Desenvolvimento Agrícola), especialmente páginas: 7 a 13, 21 a 42, 43 a 54 e 55 a 88; (c) Anexo 2 (Resumo de Normas, Parâmetros e Procedimentos), especialmente páginas: 14, 15, 17 e 18.

3.11. Estimativas disponíveis indicam a seguinte distribuição de custos por componentes para as 20 mil famílias planejadas:

COMPONENTES	Custo por Família		(US\$)
	Investimento	Custeio	TOTAL
Assist. Téc. Extensão Rural			
Armazenamento			
Pesquisa Agropecuária			
SUB-TOTAL - 1			

Infra-estrutura Social

3.12. Os componentes relacionados com a infra-estrutura social são: educação, saúde e desenvolvimento social.

3.13. O dimensionamento das necessidades sociais é feito com base no número de colonos a serem assentados e de seus dependentes. Estudos realizados pelo INCRA, diretamente e em colaboração com o IBGE, trataram de detectar tais necessidades e foram objeto do Anexo 4 (estudos sócio-econômicos), cuja cópia é disponível na SUDECO.

3.14. Os requerimentos de investimentos e custeio foram determinados com base em parâmetros derivados de normas já estabelecidas por órgãos especializados (Ministério do Saúde, por exemplo) e dos estudos mencionados no parágrafo anterior. A configuração espacial dos projetos foi determinada levando em conta a necessidade de estabelecimento de núcleos principais e secundários, com vista à instalação de sedes de serviços de educação e saúde, de tal forma a satisfazer os referidos parâmetros.

3.15. As informações pertinentes podem ser encontradas nos seguintes documentos, preparados pelo INCRA e disponíveis na SUDECO: (a) Relatório Principal - versão janeiro de 1982, especialmente páginas 16, 34, 36 a 38, 40, 56, 57, 58, 66 e 67; (b) Anexo 2, especialmente páginas 15 a 17 e 18; (c) Anexo 4, em sua totalidade.

3.16. Estimativas preliminares indicam os seguintes custos por componente:

COMPONENTES	Custo por Família		(US\$)
	Investimento	Custeio	TOTAL
Educação			
Saúde			
Desenvolvimento Social			
SUB-TOTAL - 2			
SUB-TOTAL - 1			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES:

Os custos por família correspondentes a Assistência Técnica e Extensão Rural, Armazenamento, Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, foram obtidos a partir de informações apresentadas pelos respectivos órgãos federais responsáveis pela sua coordenação em âmbito nacional (EMBRATER, CIBRAZEM, EMBRAPA) ou pela INCRA para os componentes de infra-estrutura social.

Desenvolvimento Florestal

3.17. A viabilidade econômica do projeto em boa medida (especialmente no curto prazo, do ponto de vista do fluxo de caixa dos colonos) depende da exploração florestal. Esta gera receita monetária (a) quando do desmatamento das áreas sujeitas a desmatamento raso e (b) quando da exploração sustentada dos recursos florestais existentes nas reservas em bloco.

3.18. Em vista disso, torna-se extremamente importante a inclusão de um componente florestal, a cargo do IBDF. De acordo com entendimentos mantidos com o Banco Mundial, as seguintes atividades deverão ser consideradas:

- (a) pesquisa sobre recuperação de madeira nas áreas sujeitas a desmatamento;
- (b) estudo de mercado para madeira;
- (c) treinamento e assistência aos colonos no processo de recuperação de madeira oriunda de desmatamento;
- (d) organização e controle do transporte de madeira, dos lotes às serrarias;
- (e) promoção do estabelecimento de serrarias privadas em áreas selecionadas;
- (f) condução de pesquisa e estudos para definir a exploração em base sustentada das reservas em bloco;
- (g) organização dos colonos para o uso coletivo das reservas em bloco;
- (h) proporcionar o treinamento, assistência técnica e insumos e acesso a crédito e (i) orientação dos colonos quanto à comercialização do produto final.

3.19. O IBDF, de posse do cronograma e da relação das áreas a serem trabalhadas pelo INCRA, deverá desenvolver o componente em seus aspectos técnicos e operativos, bem como estimativa dos custos (investimento e custeio).

ANEXO 1.

BRASILPROGRAMA DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREASEM RONDÔNIA E MATO GROSSORESUMO DE NORMAS, PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS DO PLANEJAMENTO DO PROGRAMAIntrodução

1.01. O objetivo do presente anexo é resumir as normas, parâmetros e procedimentos a serem utilizados no planejamento dos distintos projetos que compõem o programa de assentamento de novas áreas em Rondônia e Mato Grosso. A razão deste anexo é derivada do fato de que, na proposta ora apresentada ao Banco Mundial, somente quatro projetos específicos (Urupã I, Urupã II, Machadinho I e Machadinho II) contêm informações e dados detalhados; para cobrir a meta de assentamento de cerca de 20.000 famílias, outros projetos estão sendo propostos (Marmelo e Capitão Sílvia, em Rondônia, e Vale do Guaporê, em Mato Grosso). No caso dos parâmetros e procedimentos que já foram formalmente incluídos nos demais anexos que acompanham a proposta, será apresentado apenas um pequeno resumo, fazendo-se referência ao anexo pertinente.

1.02. Embora o INCRA se proponha a desenvolver apenas as atividades próprias de assentamento, que vai desde a seleção de áreas até a titulação de colonos, serão também abordadas neste item, atividades que deverão ser desenvolvidas pelos Estados de Rondônia e Mato Grosso, sob a coordenação da SUDECO. Fazem parte deste anexo, os seguintes temas: (i) bases do planejamento do programa; (ii) seleção de áreas; (iii) planejamento físico; (iv) sistemas de produção e tamanho dos lotes; (v) reservas florestais; (vi) seleção e assentamento de colonos; (vii) uso de mão-de-obra familiar, subsistência e rendas-metas; (viii) infra-estrutura social; (ix) serviços de apoio à produção; (x) organização social; (xi) responsabilidades institucionais; (xii) avaliação do impacto do programa.

262L 131 - 65.500

Bases de Planejamento do Programa

2.01. A presente proposta cobre o período 1981/86, no qual ocorrerão os de sembolsos previstos.

2.02. A escala dos distintos projetos é determinada, basicamente, pela disponibilidade de terras aptas para receberem projetos de assentamento, ou se-ja, pela existência de áreas com capacidade de uso e com disponibilidade de acesso efetivo ou previsto para futuro próximo. A demanda potencial por terras excede em muito a capacidade de assentamento e há tendência acentuada pa-ra seu crescimetno na área do POLONOROESTE (Rondônia e Mato Grosso); com o asfaltamento da BR-364. Somente, no ano de 1981, o INCRA teve, em sua lista de inscrição, cerca de 24.000 pessoas aguardando assentamento.

Seleção de Áreas para Colonização

3.01. Essa é uma etapa crítica no processo de planejamento. A seleção de áreas - que não pode ser dissociada dos estudos de solos será feita com base nos procedimentos descritos a seguir:

Seleção de Áreas

3.02. Preliminar: em áreas próprias da União ou do INCRA, obtida arrecadação de terras devolutas através do processo discriminatório das terras públi-cas, procede-se ao estudo diagnóstico prévio das glebas existentes, com base nos levantamentos de recursos naturais procedidos pelo projeto RADAMBRASIL (levantamento por imagens de radar, fotos aéreas disponíveis, editados ou ain-da não editados) que indicam as principais características e limitações de uso das terras. Concluída essa fase de pré-viabilidade, são as áreas selecio-nadas submetidas a uma verificação de reconhecimento exploratório in loco (a fim de confirmar suas limitações de uso) após o que são indicadas áreas selecionadas por suas caracterísitcas, capazes de justificar os altos custos, para que se proceda ao levantamento de reconhecimento semi-detalhado, visando o estudo das unidades de solos, respectiva aptidão agrícola e uso econômico adequado, para fins de colonização.

3.03. Levantamento exploratório. A verificação de campo dos estudos disponíveis (RADAM) de pré-viabilidade é feita através do levantamento exploratório, com base cartográfica existente, mediante identificação das unidades de mapeamento descritas e respectivos perfis localizados na área da gleba, prospecções com trado e coleta de amostra para análise de fertilidade. As áreas identificadas por suas características produtivas são, então, selecionadas ou não para que prossigam os estudos, desde que estas características justifiquem os altos custos do levantamento de reconhecimento exigido para o projeto de sua colonização.

3.04. Levantamento de reconhecimento semi-detalhado. A primeira providência consiste na obtenção de base cartográfica em escala adequada. Em Rondônia, geralmente, o material cartográfico disponível limita-se às cartas do DSG, na escala de 1:100.000, com curvas de nível de 40 em 40m ou ao reconhecimento de fotos aéreas na escala de 1:70.000 que recobre todo o Território. Assim sendo, há necessidade de elaboração de base cartográfica a partir do material disponível, a fim de que se possa trabalhar com escalas adequadas, mediante ampliação da base do DSG e interpolação das curvas de nível ou substituição das fotografias aéreas.

3.05. Metodologia de Trabalho. A primeira preocupação, independente do grau de detalhamento, consiste na coletânea do material relativo a levantamentos de recursos naturais e estudos específicos, especialmente de solos, geologia, geomorfologia, clima e vegetação por ventura existentes.

Posteriormente, o levantamento seguirá a metodologia assim sumarizada:

- 1 - Confeção de mosaicos;
- 2 - Estudo preliminar das fotografias aéreas, delimitando padrões fisiográficos e estabelecendo o roteiro a ser seguido no campo e locação das picadas;
- 3 - Confeção de planta básica;
- 4 - Abertura de picadas;
- 5 - Estudo da região, no campo, a fim de estabelecer correlações de paisagens, identificar e classificar as unidades pedológicas e observar as correlações existentes entre o seu arranjo e os fatores de formação, conduzindo à elaboração da legenda preliminar de identificação dos solos.
- × 6 - Delimitação dos padrões pedológicos, por fotointerpretação, em

- Nesta etapa, serão, ainda, coletadas amostras para análises, com a finalidade de auxiliar classificação pedológica;
- 6 - Delimitação dos padrões pedológicos, por fotointerpretação, em função da legenda preliminar e marcação de locais de exames de campo;
 - 7 - Aferição, no campo, dos limites obtidos e atualização da legenda preliminar de acordo com as observações de campo;
 - 8 - Descrição morfológica de perfis e coleta de amostras para caracterização analítica no laboratório;
 - 9 - Análises físicas e químicas das amostras de solos;
 - 10 - Revisão dos limites pedológicos e da legenda de identificação, com base nos resultados das análises;
 - 11 - Complementação da coleta de perfis de solo, de acordo com as alterações surgidas na legenda de identificação;
 - 12 - Aferição final dos limites pedológicos;
 - 13 - Elaboração da legenda definitiva;
 - 14 - Cartografia dos solos;
 - 15 - Redação do texto explicativo dos estudos pedológicos.

Observações:

(a) Na classificação natural adotar-se-ão os critérios de Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da EMBRAPA separando-se as classes de solos em fases de relevo e vegetação.

(b) Serão feitas classificações interpretativas visando:

- aptidão agrícola, visando solos para agricultura, exploração de recursos florestais e pastagens;
- aptidão agrícola para culturas específicas tais como café, cacau, seringa, arroz, milho e feijão.

3.06. Zoneamento Ecológico

Nos programas de desenvolvimento ou implantação de colonização em novas áreas o zoneamento da aptidão ecológica é fundamental. Envolve os dois fatores condicionantes do meio físico: climático e edáfico, que são analisados

de acordo com as exigências das culturas consideradas.

No zoneamento das culturas serão consideradas as seguintes fases:

- Coleta e estudo de material disponível no que tange a exigência das culturas consideradas (café, cacau, seringa, arroz, milho, feijão etc) clima e solo;
- Desenvolvimento de parâmetros edáficos e climáticos a partir da exigência das culturas;
- Interpretação do mapa pedológico com vistas a classificar os solos quanto à sua aptidão para as culturas consideradas;
- Zoneamento ecológico para a cultura considerada.

Planejamento Físico

4.02. O planejamento físico detalhado para fins de colonização, em terras desocupadas é necessário pelas seguintes razões: (i) somente terras com potencial produtivo, em base sustentadas, deveriam ser alocadas para uso agrícola, pois, caso contrário, os colonos serão incapazes de alcançar produção satisfatória no longo prazo, mas, ao tentar fazê-lo, podem causar degradação séria do solo; (ii) o planejamento cuidadoso das estradas de acesso, em relação à topografia, irá prevenir ou evitar problemas sérios de erosão ao mesmo tempo em que reduz substancialmente os custos de construção e manutenção (iii) os lotes ou parcelas podem ser determinados com tamanhos (áreas) apropriados para a área tendo como base as atividades adequadas; o alinhamento dos limites dos lotes em relação à topografia tem importantes implicações para a conservação do solo e da água; o acesso a cada lote individual pode ser organizado conforme as necessidades; (iv) a locação dos serviços de apoio à produção, bem como as infraestruturas sociais pode ser convenientemente estabelecida tamanho como base a maximização do número de colonos a serem servidos com o mínimo de necessidade de locomoção.

4.02. A partir do estudo de reconhecimento exploratório (descrito anteriormente), o qual deve ter confirmada a adequacidade da área, cinco etapas deverão ser seguidas no processo de planejamento: (i) levantamento e classificação

dos solos; (ii) seleção da área a ser objeto de desenvolvimento; (iii) definição dos sistemas de produção e das parcelas (ou lotes) a serem estabelecidas; (iv) lay-out do plano no campo.

4.03. Para satisfazer as necessidades de classificação dos solos e de planejamento há necessidade de se identificar e demarcar os divisores de água (catchments or watersheds) individuais e, nas áreas formadas, organizar o planejamento dentro delas. Tendo em vista as formações ou conformações que provavelmente serão encontradas nas áreas a serem colonizadas pelo INCRA, considera-se que, do ponto de vista ideal, a escala deveria ser 1:25.000.

Não existem mapas, confiáveis, na mencionada escala. Entretanto, o planejamento poderá ser feito, satisfatoriamente, com o auxílio de fotografias aéreas. As fotografias podem ser utilizadas em todas as etapas de planejamento e de implementação. São também úteis, mais tarde, no processo de desenvolvimento bem como para os responsáveis pelo manejo de áreas não-agrícolas, tais como as reservas florestais. No contexto do planejamento dos projetos do INCRA serão empregados procedimentos padrões de fotointerpretação.

4.03. As fotografias a serem empregadas serão da escala 1:50.000, de boa qualidade, e ampliação X2 para fins de planejamento. Entretanto, esforços serão desenvolvidos no sentido de obtenção de fotografias na escala 1:25.000.

4.04. Os dois fatores mais importantes que determinam a forma do plano físico a ser adotado para uma dada área são: necessidade de conservação do solo e familiaridade de acesso. Quanto ao primeiro aspecto (conservação) as unidades de planejamento devem ser os "catchments" naturais e "sub-catchments". No que se refere ao acesso, as estradas foram o esqueleto ao redor do qual o desenvolvimento se processa. No caso dos projetos de colonização as estradas proporcionam o quadro de referência de planejamento para desenvolvimento subsequente. Estas estradas devem permitir tráfego durante todo o ano, superfície de rolamento estável, baixo custo de construção e de manutenção.

4.05. A locação das estradas deve seguir o princípio de seguir, tão próximo quanto possível, os divisores de água.

4.06. A implementação do plano no campo é tarefa de extrema importância.

sendo, contudo, mais difícil em área com cobertura densa de florestas, como é o caso em Rondônia. As picadas utilizadas para os estudos de solos podem ser usadas para facilitar o trabalho de locação das estradas de campo. Essas picadas devem ser perpendiculares em relação as linhas drenagem. Obviamente as fotografias aéreas serão de extrema utilidade nesse processo.

Sistemas de produção e tamanho dos lotes

5.01. Os sistemas de produção a serem propostos tem as seguintes características principais; (i) culturas perenes de alto valor comercial como atividade pivotal (café, cacau, seringueira); (ii) as culturas anuais servirão o propósito de garantir a subsistência das famílias dos colonos nos primeiros momentos do assentamento; (iii) as culturas anuais, quando plantadas, deverão seguir esquemas de rotação (cultivo contínuo) para minimizar a necessidade de novos desmatamentos com o único objetivo de plantar culturas de subsistência; (iv) a atividade pecuária será restrita à exploração de animais de pequeno porte (aves, suínos) e gado misto (leite/carne) em pequena escala; (v) utilização quase exclusiva de mão-de-obra familiar, especialmente nos primeiros anos de assentamento.

5.02. Os modelos que têm a seringueira como atividade pivotal serão recomendados para os solos menos férteis (projeto-tipo-Machadinho); a área total do lote, excluindo a área de reserva florestal, será entre 30 a 50 hectares. O modelo do café será recomendado somente para os solos com aptidão regular a boa enquanto o de cacau somente para os solos com aptidão boa. Nesses dois últimos casos a área total do lote, excluindo a área de reserva florestal será entre 20 a 25 hectares.

Reservas Florestais

6.01. As reservas florestais serão mantidos em bloco, em áreas consideradas inaptas para uso agrícola. O IBDF terá atuação direta na orientação e/ou condução do manejo e proteção das reservas florestais.

Seleção e assentamento de Colonos

7.01. Os colonos serão selecionados pelo INCRA, de acordo com as normas

recentemente modificadas, as quais dão peso às seguintes características dos colonos-candidatos, tamanho da família, idade do colono, composição etária da família, experiência com trabalhos na agricultura. Adicionalmente será levada em conta o tempo de permanência do colono em Rondônia enquanto aguarda assentamento. A seleção será feita com o apoio da Divisão de Promoção Social do INCRA (Brasília), a qual proporcionará treinamento para os entrevistadores, bem na orientação dos colonos selecionados.

7.02. O processo de assentamento (transferência) das famílias nos lotes será feito segundo um cronograma que permita ao colono erigir sua casa, a abertura de poço, o desmatamento de uma área suficiente para o plantio das culturas de subsistência no primeiro ano, a queima do material resultante do desmatamento (após a retirada de madeira de valor comercial) e o plantio propriamente dito das culturas de subsistência. A transferência deverá ocorrer no período do seco, com os lotes já demarcados e com acesso.

Uso de mão-de-obra familiar, subsistência e rendas-metas

8.01. A partir dos dados gerados pela pesquisa IBGE/INCRA, realizada nos antigos núcleos de colonização do INCRA em Rondônia, a família média dos colonos tem 6,3 membros e uma força de trabalho equivalente a 2,6 homens-equivalentes. Esses parâmetros serão utilizados para os futuros planejamentos, os quais conjugados com as necessidades de subsistência (ao redor de US\$ 3,473.1 mil, incluindo produtos comprados), irão determinar os méritos dos modelos de produção propostos.

8.02. Não se antecipa, pelo menos nos primeiros anos de assentamento, a possibilidade de venda da mão-de-obra familiar.

8.03. O abastecimento de necessidades não produzidas no lote (sal, açúcar, sabão, trigo, etc) terá que ser garantido; prevê-se a contribuição espontânea da iniciativa privada para exercer esse papel.

Infraestrutura social

9.01. Sob a denominação de infraestrutura social estão englobados os seguintes componentes: organização espacial, educação e saúde. Organização espacial: cada projeto conterá um núcleo principal (área destinada e reser

vada para servir como o centro de polarização futura das atividades comerciais, econômicas, culturais e de lazer de toda a área de abrangência do projeto). No núcleo principal estarão localizados os serviços sociais e de assistência técnica à produção de maiores dimensões tais como hospital, escola, sede de serviços de assistência técnica, agências de crédito, abastecimento de insumos. Também estarão reservadas áreas para a instalação de empreendimentos a serem desenvolvidos pela iniciativa privada (comércio, prestação de serviços etc), assim como associações culturais, religiosas e de lazer. Área do núcleo principal: 100 hectares. ✓

9.02. Os núcleos secundários estarão estrategicamente distribuídos em toda a área de abrangência do projeto. Representam dentro de concentração de serviços e atividades localizados próximos aos colonos. Cada núcleo secundário deverá ter uma área de abrangência que cubra de 120 a 180 famílias de colonos e, em cada um, serão oferecidos, no mínimo, serviços de educação (escola primária), saúde (posto de saúde) e posto de correio. Em função da produção esperada, para um certo número de núcleos secundários, haverá instalação de armazéns para grãos. Área do núcleo: 50 ha. ✓

9.03. Os núcleos de vizinhança serão áreas destinadas aos comunitários para grupos de aproximadamente 45 famílias, com um raio de influência de 3 km. Neles serão instaladas as escolas rurais.

9.04. As escolas serão projetadas a partir de um referencial de 1,2 m² por aluno/sala de aula. Cada sala de aula deverá medir até 48 m² o que permitirá, por turno, acomodar até 40 alunos. Cada escola de 3 salas deverá servir a 300 alunos em potencial. As escolas do núcleo principal terão uma área de 80 m². → ?!

9.05. Os postos de saúde terão área mínima de 60 m² para atender comunidades de 500 a 2.000 pessoas. O centro de saúde, localizado no núcleo principal, terá uma área de 160 m², para atendimento de 2.000 a 20.000 pessoas.

9.05. O número de escolas e postos de saúde, por projeto, será determinado em função das distâncias máximas a serem percorridas e os seguintes parâmetros serão utilizados: (i) distância parcela-posto de saúde: 10 km; (ii) parcela-escola rural: 3 km. Simultaneamente, o planejamento físico deverá prever ou atender os seguintes outros parâmetros relacionados com as distân.

cias máximas: parcela-estrada coletora: 10 km; parcela-núcleo secundário: 10 km; parcela-serviços de apoio à produção: 30 km.

Serviços de apoio à produção

10.1. Os serviços considerados essenciais são: (i) assistência técnica; (ii) crédito, (iii) apoio à comercialização; (iv) pesquisa agrícola; (v) armazenamento e secagem de grãos; (vi) abastecimento de insumos.

10.2. Assistência técnica. Prevê-se a especialização da assistência em função das culturas a serem desenvolvidas. Para culturas anuais e pecuária a assistência seria prestada pela ASTER-RO; para a seringueira, a SUDHEVEA; para o cacau, a CEPLAC; para o café, IBC. As equipes técnicas seriam compostas de tal forma a dispor de 1 técnico para cada grupo de 180 famílias na proporção 3:1 (nível médio: nível superior). O método de trabalho seria o de assistência grupal via interação com os grupos de produtores (20 a 30).

10.3. Crédito. Seria fornecido, de acordo com as linhas normais (culturas anuais, pecuária, investimentos) e linhas especiais existentes (café, cacau seringueira) via os Bancos do Brasil e da Amazônia. Nas glebas ou projetos mais afastados dos centros urbanos, haveria necessidade de agências móveis ou de postos de serviço (postos avançados).

10.4. Apoio à comercialização. Prevê-se a participação da CFP, na implementação da política de preços mínimos, na compra de excedentes de culturas anuais (arroz, milho, feijão).

10.5. Pesquisa agrícola. As necessidades de glebas-tipo-Urupã poderão ser satisfeitas com os programas de pesquisa já em andamento no Projeto Rondônia-POLONOROESTE I. Por outro lado, com o objetivo de buscar indicações específicas para solos menos férteis o esforço de pesquisa deverá ser concentrado em Machadinho I. Espera-se que os resultados aí gerados possam ser aplicáveis às demais áreas tipo-Machadinho.

10.6. Armazenamento de grãos. As necessidades serão determinadas em função das produções esperadas. As unidades básicas deverão ter capacidade estática de armazenamento de 3.000 t.

10.7. Abastecimento de insumos. Espera-se o envolvimento rápido e espontâneo da iniciativa privada. Entretanto, o abastecimento de sementes e mudas para as culturas perenes deverá ser feito pelas agências especializadas (IBC, SUDHEVEA, CEPLAC).

Organização social

11.01. A organização das comunidades de colonos seria apoiada pelo trabalho de agentes sociais e de assistentes sociais, os quais estariam sediados nos núcleos principais. Prevê-se a necessidades de dois agentes sociais para cada núcleo principal, cada um sendo responsável pela organização de grupos de colonos que moram nse áreas de uma média de 5 núcleos secundários. Os agentes sociais teriam seu trabalho supervisionado por assistentes sociais. Cada assistente social faria a supervisão em quatro ou cinco núcleos principais.

Avaliação do impacto do programa

12.01. O sistema a ser montado para a avaliação do POLONOROESTE foi recentemente definido pela SUDECO, com a contratação dos serviços da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE/USP). Prevê-se a realização de avaliação - em - progresso (on going evaluation) e avaliação final (ex-post evaluation).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício nº 116 /82-PNO

Em 25 de novembro de 1982.

Do Coordenador do POLONOROESTE

Endereço SUDECO

Ao Dr. TITO CAMPOS - SEPLAN/MT

Assunto .

Prezado Senhor,

Pelo presente estamos encaminhando a V.Sa. documentação básica relativa à Preparação Complementar do Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia (POLONOROESTE - FASE III), e que compreende os seguintes documentos:

1. Nota de Entendimentos Banco Mundial/SUDECO.
2. Anexos A, B e C.
3. Cronograma para a Preparação Complementar do Projeto.

Atenciosamente,

Diône Silva

Diône Craveiro P. Silva
Coordenador POLONOROESTE

NOTA DE ENTENDIMENTO BANCO MUNDIAL/SUDECO

A presente nota objetiva registrar as conclusões e pendências identificadas pela Missão de Avaliação do Banco Mundial, conjuntamente com a SUDECO, ao final das discussões desenvolvidas com os diversos órgãos, durante o período de Avaliação do Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia (POLONOROESTE - FASE III).

Os seguintes pontos merecem atenção especial:

- (i) uma melhor definição do Projeto;
- (ii) uma melhor definição quanto à execução do Projeto (normas e métodos);
- (iii) a definição dos pontos pendentes; e
- (iv) a definição das necessidades de preparação complementar (até o início de janeiro) do Projeto.

1 - Componentes do Projeto

- 1.1. Público-meta: 20.000 famílias
5.000 em Mato Grosso
15.000 em Rondônia

Ponto Pendente:

- a) A seleção de áreas para assentamento em Mato Grosso.

- 1.2. Áreas previstas em Rondônia: Machadinho I e II, Capitão Sílvio e Marmelo.

Pontos Pendentes:

- a) A necessidade de decisão quanto a uma possível participação do Banco em Urupã I sem a participação do BEC (despesas previstas);
- b) Decisão do Governo Brasileiro quanto à conveniência da participação do Banco Mundial em Urupã II;
- c) O número de famílias que podem ser assentadas em Machadinho II;
- d) As possibilidades de o INCRA encontrar áreas complementares próximas a Machadinho.

- 1.3. O cronograma de implantação do Projeto prevê inicialmente sua implantação em 4 anos.

A análise do cronograma de implementação, ora em estudo pelo INCRA, demonstra a necessidade de um prazo maior (5, possivelmente 6 anos).

- 1.4. O IBDF teria responsabilidade de organizar os esforços dos colonos para retirar a madeira nas áreas utilizadas para agricultura, e de administrar, pelo menos no primeiro período, as áreas com potencial econômico localizadas nas reservas dentro dos assentamentos.

Pontos Pendentes:

- a) Definição do papel do IBDF;
- b) Definição do esquema de colaboração entre o IBDF e o INCRA no Planejamento do Projeto;
- c) Definição do quadro legal das operações florestais dentro das reservas;
- d) Detalhamento e custo do componente do IBDF.

- 1.5. A SUDHEVEA forneceria crédito e apoio técnico para a implantação de 18.000 ha de seringueira em Rondônia e Mato Grosso (6.000 famílias, com 3 ha cada uma).

Pontos Pendentes:

- a) Distribuição de tarefas de apoio logístico ao produtor, entre a SUDHEVEA e a CODARON;
- b) Papel da SUDHEVEA: no processo de seleção de terras aptas para cultivo de seringueira; na seleção dos colonos a serem assentados nessas áreas e na orientação inicial desses colonos, e na assistência técnica e acompanhamento dos projetos;
- c) Estudo das possibilidades de utilização de seringueiras nativas dentro das áreas de assentamento, em número suficiente para uma exploração racional.

- 1.6. Uma série de acordos foram estabelecidos entre o INCRA e a Missão do Banco sobre a construção das estradas do Projeto; esses acordos e os pontos pendentes correspondentes acham-se analisados no Anexo A.

- 1.7. A construção dos NUAR's deverá prever prédios e/ou escritórios para os vários órgãos envolvidos no apoio ao colono, chegando-se assim à necessidade de reformulação deste componente. Em qualquer caso, a construção de cada NUAR deveria ser objeto de uma única licitação.

- 1.8. Componente SUDECO: o Projeto financiaria a construção de dois prédios (um em Porto Velho e outro em Cuiabá), para apoiar o acompanhamento do Projeto a nível de campo.

A SUDECO apresentará ao Banco planos e justificativa de custos para esses prédios.

- 1.9. Organização do Projeto: o INCRA preparará um documento descrevendo, em detalhe, a estrutura a ser estabelecida dentro do INCRA, a nível de Brasília e a nível de campo, quanto à implementação do Projeto; e outro documento definindo o papel dos vários órgãos envolvidos na implementação e, posteriormente, na operação do Projeto, e indicando, inclusive, as modalidades de cooperação entre esses órgãos.

2.- Justificativa Econômica do Projeto

A justificativa econômica do Projeto deverá ser finalizada posteriormente, sendo que nesse processo poderá ser necessário um ajustamento nos componentes do Projeto.

- 3.- Os anexos A, B e C fornecem informações complementares.
- 

FASE III - PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E
RONDÔNIA

MISSÃO DE AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL - CONCLUSÕES

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA - ESTRADAS

A. Comprometimentos alcançados durante a presente missão, e a serem confirmados durante o período de negociações.

I. CrITÉRIOS para formalização do Contrato

- (i) Todas as Estradas Coletoras serão construídas pelo Batalhão de Engenharia e Construção (BEC);
- (ii) todas as Estradas Alimentadoras e Estradas de Penetração serão contratadas através de normas de licitação para contratação de firmas locais. Os editais de licitação indicarão as quantidades e o montante dos custos estimados pelo Órgão Executor, e estipularão que, no caso de a proposta mais baixa variar mais do que 10% do custo estimado, o Órgão Executor poderá entrar em acordo (Convênio) com o BEC para a execução das obras, ao preço estabelecido pelo BEC anteriormente;
- (iii) entretanto, em casos especiais, (tal como o de falhas por parte dos contratantes, ou a ocorrência de dificuldades imprevistas), o Órgão Executor poderá solicitar a interveniência do BEC. Ademais disto, o Órgão Executor poderá repassar ao BEC, uma determinada parte das Estradas Alimentadoras e de Penetração, desde que essa transferência não venha a implicar em uma diminuição da capacidade de execução do BEC. Uma outra razão para essa cessão ao BEC, seria a de que isto resultaria numa forma de compensação por incrementos imprevistos nos custos, de modo a manter-se o custo total do Projeto dentro dos limites originais estimados;
- (iv) além da construção das Estradas Coletoras, o BEC será responsável pela manutenção das mesmas, até que a construção de todas as estradas alimentadoras (e de todas as estradas de acesso derivadas destas) seja concluída;
- (v) o projeto (desenho) final da engenharia, das Estradas Alimentadoras

e de Penetração, será executado por consultores selecionados através de licitação local. Entretanto, de forma a auxiliar o INCRA no treinamento de seu pessoal no projeto técnico dessas estradas, a Missão recomenda que o Banco concorde em financiar o desenho técnico de até 500 km de estradas pelo INCRA, a um custo de US\$ 200 por quilômetro;

- (vi) o Órgão Executor foi cientificado quanto aos requerimentos básicos do Banco para o financiamento retroativo:
- a) Que o Empréstimo tenha sido efetivado;
 - b) que o montante a ser retro-financiado não exceda a 10% do Empréstimo;
 - c) que os gastos a serem ressarcidos dentro do Projeto tenham sido efetuados de acordo com a forma descrita no Acordo de Empréstimo;
 - d) que os consultores e empreiteiros tenham sido contratados de acordo com as Normas do Banco Mundial para Contratação de Serviços;
 - e) que, antes da convocação das propostas, o edital de concorrência e o modelo de contrato correspondente, sejam submetidos à aprovação do Banco;
 - f) que, antes da formalização do contrato, a análise das propostas dos licitantes, bem como os termos de referência para enquadramento das mesmas, devam ser submetidas ao Banco.

II. Metodologia para implementação

- (i) Desde que o acesso de todos empreiteiros aos locais das suas obras será através das Estradas Coletoras, é da máxima importância que o BEC abra uma estrada de serviço de comprimento adequado nesses locais, o mais cedo possível, e cuide da sua manutenção até que as Estradas Coletoras sejam concluídas;
- (ii) tão logo as estradas de serviço atinjam os locais das suas obras, as firmas de levantamentos darão início aos seus trabalhos de campo: o levantamento de poligonais básicas e secundárias; o microplanejamento final; a locação das Estradas Alimentadoras e de Penetração; e a demarcação dos lotes dos colonos;
- (iii) tão logo o pessoal de levantamento tenha aberto uma "picada" de extensão suficiente para a futura estrada, os empreiteiros darão início às operações de desmatamento e destoca. As firmas de levantamento contratadas fornecerão ao INCRA um levantamento (com perfis hori

zontais e longitudinais), do solo natural desmatado ao longo do alinhamento das estradas consideradas;

(iv) tão logo as informações mencionadas no item (iii) acima, estejam disponíveis, a firma de consultoria encarregada do projeto técnico, ou o INCRA (cf. item A-I-v.), iniciará o projeto (desenho) final de engenharia;

(v) tão logo o desenho final para uma extensão considerável de estrada lhe seja fornecido, o empreiteiro dará início à construção.

III. Seções Transversais Típicas

Chegou-se ao acordo de que as principais características das seções transversais típicas devem ser:

Perfil Típico	Largura do Leito da Estrada	Inclinação
Tipo I: - 2 m < altura do greide < + 0,5 m	4	3/1
Tipo II: + 0,50 m < altura do greide < 0,80 m	4	3/2
Tipo III: altura do greide > 0,80 m	5	3/2
Tipo IV: perfil em corte	6	2/3 (6 m entre os eixos das valetas).
Perfilado misto Tipo Va	5	(para x 0,80)
Perfilado misto Tipo Vb	5,50	(para x 0,80)

As Estradas Alimentadoras terão uma camada de 10 cm de cascalho;

As Estradas de Penetração não serão encascalhadas.

IV. Custos Típicos (por quilômetro)

Foram estimados os seguintes custos típicos de construção (em US\$):

CUSTOS BÁSICOS		CONTINGÊNCIAS FÍSICAS		CUSTO
		(%)	VALOR	TOTAL
Empreiteiros:				
Estradas:				
. Coletoras	38.850	10	3.885	42.735
. Alimentadoras	28.215	5	1.411	29.626
. Penetração	11.250	10	1.687	12.937
BEC:				
Estradas:				
. Coletoras	25.281	10	2.529	27.810
. Alimentadoras	20.273	5	1.014	21.287
. Penetração	7.521	15	1.129	8.650

Deve-se acrescer ainda, o custo anual de manutenção das Estradas Coletoras pelo BEC durante o período de construção (vide item A.I.v), estimado em cerca de 5% dos custos do BEC.

O custo do projeto (desenho) final das estradas foi estimado em US\$ 200/km, inclusive contingências físicas.

Os serviços de levantamento foram estimados em US\$ 609 por cada lote de colonos, não incluídos 5% das contingências físicas.

V. Tarefas a serem desenvolvidas antes da próxima Missão (prevista para janeiro de 1983.)

O Órgão Executor:

(i) concluiria o microplanejamento de Machadinho II; determinaria o seu impacto sobre o microplanejamento de Machadinho I, e eventualmente modificaria este último, bem como o objeto do convênio existente com o BEC para a construção das Estradas Coletoras;

(ii) prepararia um programa detalhado para a implantação das obras,

- em acórdância com a metodologia descrita no Capítulo II acima;
- (iii) prepararia um cronograma de implementação para todos os componentes incluídos no Projeto, para um período de seis anos (1983 - 1988); esse cronograma teria a sua fundamentação apresentada de forma clara em um documento anexo ao mesmo;
 - (iv) desenvolveria um sistema para gerenciar, coordenar, monitorar e administrar o esquema de implementação proposto acima;
 - (v) prepararia uma estimativa dos custos para o Órgão Executor que se encarregaria da implementação do sistema descrito no item (iv) acima;
 - (vi) revisaria e atualizaria, em cooperação com os demais Órgãos envolvidos no Projeto, os requerimentos e custos relativos aos NUAR's a serem implantados dentro do mesmo; e
 - (vii) prepararia os documentos usuais para licitação e contrato relativamente a construção, levantamento, e projeto (desenho) final de engenharia.

VI. Condições sugeridas para o Empréstimo

A) Condições para efetividade do Empréstimo: Que

- (i) tenha sido concluída a implantação do sistema de gerenciamento mencionado no item V. (iv) acima;
- (ii) haja um comprometimento por parte do Mutuário, de que o BEC disporá de meios adequados à execução tempestiva das operações de construção e manutenção confiadas ao mesmo;

B) Outras condições:

- (iii) apresentação ao Banco de cópias dos convênios assinados pelo Órgão Executor com o BEC, relativamente a este Projeto;
- (iv) contratar consultores para a execução do projeto final de engenharia para as estradas;
- (v) apresentar ao Banco o convênio com o BEC relativamente à manutenção das Estradas Coletoras;
- (vi) um comprometimento de que o Mutuário promoverá um acordo entre o Estado de Rondônia e os Municípios envolvidos, quanto à manutenção de

todas as estradas incluídas no Projeto (inclusive as Estradas Cole
toras), e que os recursos financeiros necessários serão disponí-
veis para esse fim.

FASE III - PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E RONDÔNIA

MISSÃO DE AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL - CONCLUSÕES

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

REQUERIMENTOS PARA A PREPARAÇÃO DO COMPONENTE (PELO IBDF)

1. Programa para reservas florestais

1. Demarcação e seleção das áreas (conjuntamente com o INCRA)
2. Inventário florestal
3. Plano de manejo
4. Proteção

Treinamento de um número adequado de guardas florestais.

Definir:

- . Quais os recursos disponíveis
- . O "quantum" de reservas será necessário
- . Qual será o plano para manejo e exploração das reservas

2. Extensão Florestal

1. Esclarecimento das relações com a ASTER
2. Programa de instrução aos agentes de extensão

3. Utilização de Madeira

- A.1. Fazer o levantamento das serrarias existentes e a análise das necessidades requeridas.
2. Crédito inicial necessário à solução dos problemas de produção dessas serrarias.

B. Madeira para uso energético

1. Identificação de circunstâncias favoráveis ao uso de caldeiras a partir da combustão de madeira, e de mecanismos para produção de gás.
2. Linha de crédito para a sua instalação.

C. Implantação de várias serrarias móveis para o fornecimento de madeira para construção de residências dos colonos e dos NUAR's

1. Consultoria técnica (que seria fornecida pelo IBDF).
2. Determinação de quem deverá operar as serrarias e com que financiamento.

FASE III - PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E
RONDÔNIA

MISSÃO DE AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL - CONCLUSÕES

PREPARAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROJETO

(Em início de Janeiro de 1983).

1. Reunir todos os dados disponíveis junto ao Governo Federal e outros órgãos, relativamente a estudos e planos para o desenvolvimento de culturas perenes alternativas na área do Projeto; tais como:
 - . Guaranã
 - . Castanha-do-Pará
 - . Ipecacuanha (Poiaia)
 - . Pimenta
 - . outras
2. Descrever o processo pelo qual, áreas aptas para o desenvolvimento de seringueira seriam identificadas durante o estágio de seleção de terras; e de como os colonos participantes do seu cultivo seriam selecionados. Que orientações técnicas sobre seringueira receberiam eles antes do início do plantio; e de quem ? (Esta Seção definiria os meios pelos quais a SUDHEVEA cooperaria com o INCRA no planejamento do uso da terra, na seleção e orientação dos colonos (e que incluiria também a cooperação da ASTER)).
3. Definir a organização, pessoal, instalações e equipamento requeridos pela SUDHEVEA, para uma "unidade típica de apoio à seringueira", indicando o tamanho da área de demonstração/treinamento para cada unidade, e de como esta deveria ser operada.
Listar as responsabilidades quanto a:
 - . a instalação e operação da unidade de apoio e da sua área de plantio (40 ha? 50 ha, 25?)
 - . recrutamento dos colonos participantes
 - . assistência técnica aos colonos e treinamento
 - . preparação de propostas para crédito
 - . distribuição e recebimento de crédito
 - . produção e distribuição de material de plantio (mudas)

- . abastecimento de insumos
- . monitoramento de doenças
- . aplicação de pulverização nas culturas (tanto no seu período de formação quanto no de produção, caso as responsabilidades para isto sofram alterações).
- . aproveitamento máximo de seringueiras nativas, caso existam na área
- . estabelecimento (eventual) de unidades de processamento de borra cha (inclusive para seringueiras nativas, se existentes).

Estabelecer também, o número de produtores por área de seringueira a ser atendida por cada unidade de apoio.

Na listagem de responsabilidades, indicar se a equipe da SUDHEVEA mesma executaria esta atividade, ou se (no caso de pretender-se assim), outra instituição (ASTER; Bancó do Brasil; setor privado, etc.), seria a respon sável.

4. Definir as responsabilidades institucionais quanto à orientação inicial dos colonos, e quanto à execução da extensão florestal a nível de proprie dade rural.

Demonstrar que os arranjos institucionais propostos permitirão:

- . informar de maneira adequada aos colonos acerca dos riscos, opor tunidades e obrigações;
- . assegurar a utilização máxima de espécies comerciais provenientes do desmatamento de áreas agrícolas;
- . minimizar os riscos de erosão e de outros danos ecológicos devido ao desmatamento inadequado dentro dos lotes dos colonos (constru ção de barragens, etc).
- . criar um espírito de propriedade comunitária entre os colonos, relativamente às reservas florestais em blocos, encorajando-os a assegurar, dentro do seu próprio interesse, que as reservas não sejam invadidas por alienígenas.

5. O IBDF definiria as etapas até o estágio de abate de árvores, relativamen te às reservas florestais em bloco, com ênfase especial acerca do papel dos colonos ou de seus representantes, nesse processo.

(Como seria assegurado que os benefícios atingiriam individualmente a cada colono que tenha parte no condomínio?).

6. O IBDF descreveria o seu papel com relação ao desenvolvimento das atividades de extração da madeira e o seu processamento nas serrarias, indicando:
- a) que tipo de instalações seriam recomendadas para as serrarias?
 - b) por quem o IBDF sugeriria que estas serrarias fossem operadas?
 - c) que crédito seria necessário, e, em caso afirmativo, para que, e quanto?
 - d) o que seria executado diretamente pelo IBDF quanto ao apoio ao desenvolvimento dessas atividades?
 - . consultoria técnica?
 - . treinamento?
 - . revisão dos pedidos de crédito?
 - . fiscalização da madeira exportada da região?
 - . outros?
7. O INCRA definiria o período de duração e o conteúdo dos cursos de orientação prévia a serem dados aos colonos.
Onde seriam ministrados? Quais as demais instituições que participariam?
(o conteúdo programático incluiria também itens cobertos por outras instituições além do INCRA).

Condições Para o Empréstimo

1. A SUDHEVEA instalaria e colocaria em funcionamento uma unidade de apoio à seringueira em cada zona selecionada para o desenvolvimento de seringueira, no primeiro ano da chegada dos colonos, de forma a maximizar oportunidades de trabalho e para efeitos de demonstração.
2. O Banco e o Governo devem assegurar que o cronograma de seleção de terras, o planejamento, a seleção dos colonos, o treinamento, e a transferência dos colonos aos lotes, tenham sido bem entendidos pelos órgãos envolvidos, e que tenham sido seguidos estritamente na implementação do Projeto, uma vez que, presentemente, estes critérios parecem ser desconhecidos ou esquecidos, pela maior parte das pessoas envolvidas.

FASE III - PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E RONDÔNIA
CRONOGRAMA PARA A PREPARAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROJETO

[illegible]

BRASIL

POLONOROESTE III

PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS

* TRADUÇÃO do texto original em Inglês (documento elaborado pelo Banco Mundial sob o título "Brazil Northwest III - NEW SETTLEMENTS PROJECT", em 09/06/82), de responsabilidade do Engº Agrônomo : Glaucio Cornélio - SUDECO/POLONOROESTE.

BRASILPOLONOROESTE III - PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREASAntecedentes

1. A promessa de melhores solos, mais do que em outras áreas de fronteira agrícola, fizeram com que a região Noroeste, e particularmente Rondônia, se tornasse alvo de uma crescente imigração durante os últimos dez anos.

Essa procura deverá ainda ser mais acelerada com a recente elevação de Rondônia a Estado, e com a pavimentação, ora em execução, da BR-364, que é a rodovia que proporciona o acesso principal à região.

Entretanto, a região, devido às suas características de floresta amazônica densa e da existência ainda ali de áreas consideráveis de solos de estrutura frágil, estaria sujeita a sérios danos ecológicos, que resultariam em severos prejuízos físicos, econômicos e sociais para os colonos a serem instalados nessas áreas, caso o seu assentamento não se proceda sob a orientação e a assistência das autoridades governamentais.

Por outro lado, essas mesmas características de região amazônica, bem como deficiências verificadas quanto a infraestrutura e quanto ao potencial institucional existente (característico de áreas de fronteiras em desenvolvimento), tornam essa assistência mais dificultosa e onerosa do que em áreas de colonização mais tradicionais, encontradas na região Noroeste ou mesmo no sul do País.

2. O objetivo do Projeto aqui proposto é de proporcionar melhores perspectivas para o desenvolvimento econômico da região Noroeste, e reduzir, o quanto possível, os riscos de ordem física, social e ambiental resultantes do processo de imigração acelerada que se verifica nessa região.

O Projeto teria por meta promover o assentamento de 30.000 famílias em áreas localizadas em Rondônia (22.500 famílias) e em Mato Grosso (7.500 famílias), onde tenham sido identificados potenciais agrícolas suficientes para permitir a produção a longo prazo, levando-se em consideração, além das limitações dos recursos financeiros previstos dentro do Programa POLONOROESTE, a necessidade de que o mesmo seja implementado a um ritmo que possa ser

tecnicamente exequível pelas instituições responsáveis pela sua implementação.

O programa de colonização proposto, pretende oferecer aos futuros ocupantes, um nível e uma diversidade de infraestrutura e serviços, compatíveis com os que vem sendo desenvolvidos dentro do Subprojeto de "Consolidação de Colonização" (*) relativamente ao "Projeto de Desenvolvimento Agrícola e Proteção Ambiental do Noroeste I" (**) (que compreendem, vias de acesso principais, centros de serviços, assistência técnica, crédito, instalações para armazenamento, escolas e postos de saúde).

O Projeto daria ainda particular atenção a que fossem asseguradas condições quanto a: (a) implantação de vias de acesso principais nas áreas das colonizações propostas; e (b) instalações e serviços para a implementação e controle de (i) aproveitamento de madeira nas áreas desmatadas para fins agrícolas, e (ii) atividades florestais permanentes dentro das áreas de reservas legais.

O Projeto financiaria ainda estudos especiais destinados à determinação e promoção dos meios para atingir-se uma maior diversificação quanto às oportunidades de cultivos, do que as oferecidas no presente.

Considerando-se as limitações de ordem financeira e institucional, o Projeto buscaria a definição dos procedimentos mais simples e menos onerosos possíveis para os assentamentos, resguardando-se porém, os objetivos técnicos, sociais, econômicos e ambientais básicos já estabelecidos.

Como nos projetos anteriores do POLONOROESTE, o Governo tomaria todas as medidas necessárias a desestimular a exploração em áreas não aptas para fins agrícolas, e a impedir a ocupação de reservas legais.

Notas do Tradutor:

(*) Refere-se ao "Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia" (PDRI-RO)

(**) Objeto do Acordo de Empréstimo de Nº 2060-BR, firmado com o BIRD em 15/12/81,

Órgãos responsáveis pela Implementação

3. O projeto proposto, sendo parte do programa POLONOROESTE, ficaria sob a coordenação geral da SUDECO, (quanto ao planejamento e monitoramento), e da SEPLAN (quanto à alocação de recursos financeiros).

Os principais órgãos executores seriam: (a) o INCRA, quanto à seleção das áreas adequadas para as colonizações; na demarcação e locação dos lotes individuais; no desmatamento e construção de estradas vicinais(*) e de acesso(**) e da infraestrutura básica para os centros de serviços rurais (NUARs); e quanto ao estabelecimento do acesso e a demarcação de reservas florestais em blocos; (b) os governos dos dois Estados, quanto à construção das rodovias principais e das escolas e postos de saúde situados ao longo das estradas rurais de acesso(*); na provisão de instalações para armazenamento (através da CIBRAZEM ou da companhia estadual de armazenamento); na extensão rural (através da EMBRATER) e pesquisa agropecuária (através da EMBRAPA); no abastecimento de insumos agrícolas; na manutenção da infraestrutura; na provisão de pessoal para as escolas e postos de saúde e na assistência social; e (c) o IBDF, quanto ao planejamento, promoção e supervisão de todas as operações relativas à exploração florestal ("Forestry") e de aproveitamento de madeira proveniente de desmatamento ("Salvage logging"), bem como na provisão da assistência técnica requerida para esse fim.

Entre os órgãos federais responsáveis pela implementação de programas especiais relativos a cultivos perenes, a SUDHEVEA proporciona crédito, treinamento e assistência técnica para o cultivo de seringueira, que é a cultura mais recomendada para as condições ecológicas da região.

O monitoramento do Projeto seria executado por cada órgão envolvido na sua implementação e incorporado às normas e procedimentos do monitoramento e avaliação geral desenvolvidos dentro do Projeto Noroeste I (Br-2060).

O IBDF participaria com o INCRA na seleção das áreas para exploração florestal dentro do Projeto de Novas Áreas de Colonização proposto.

Notas do Tradutor:

- (*) ou "Estradas Coletoras", na nomenclatura utilizada pelo INCRA dentro do seu Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia.
- (**) Denominação mais ampla, que abrangeria aqui, além das "Estradas Alimentadoras" previstas pelo INCRA dentro do Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia, uma outra categoria de estradas, de construção mais pobre, denominadas pelo INCRA de "Estradas de Penetração" dentro do Projeto.

A Área do Projeto (vide mapa anexo)

4. A área do Projeto compreende (a) localidades que já foram adequadamente identificadas e estudadas, e onde os trabalhos iniciais já estão sendo implementados, como Urupã I e II (num total de 82.500 ha, (*) dos quais ... ha são aptas para assentamento agrícola), e Machadinho I (de 100.000 ha, dos quais 51% destinam-se a uso agrícola); (b) localidades já identificadas preliminarmente, mas onde não foram ainda efetuados levantamentos de solos e de planejamento do uso da terra, e que incluem (i) Machadinho II e III (esta última sujeita ainda a uma análise quanto a situação atual da posse da terra); (ii) Capitão Sílvia e Marmelo, situados ao longo do prolongamento da BR-364 de Porto Velho ao Acre; e (iii) várias áreas potenciais para colonização situadas ao sul do Parque Nacional de Pacaás Novos e das áreas onde, presume-se estejam ocupadas por índios Uru-Eu-Wau-Wau, às margens da rodovia BR-429 que deverá ligar Costa Marques a Pimenta Bueno; e (c) localidades que restam ainda a ser identificadas, principalmente na parte oeste de Mato Grosso.

O número de famílias a ser assentados é apresentado no Anexo I.

5. A área de Urupã está localizada bem no interior das áreas das colonizações já existentes, e possui solos de boa qualidade semelhantemente a estas. Trata-se de uma área que vinha sendo protegida da colonização espontânea, através da ação de vigilância por pessoal de uma empresa florestal ali instalada, a qual pretendia ocupar a área inteira (de 100.000 ha), mas que teve as suas pretensões reduzidas a tão somente uns 17.500 ha na extremidade nordeste da área.

Provavelmente a maior parte das espécies nobres de madeira já de vem ter sido extraídas da área.

Os levantamentos topográficos da área de Urupã já foram concluídos. A via de principal acesso à área está sendo melhorada, e as estradas vicinais e de acesso a serem construídas na área foram contratadas ao 5º Batalhão de Engenharia Civil (BEC), para construção segundo um esquema operacional estabelecido pelo INCRA com a assistência do Programa de Cooperação FAO/Banco Mundial,

Nota do Tradutor:

(*) O dado está em desacordo com os apresentados pelo INCRA dentro do Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia: o somatório das áreas de Urupã I (70.000 ha) e Urupã II (30.000 ha) seria de 100.000 ha.

dentro dos padrões descritos no Anexo II, de forma a atender as condições de tráfego durante os primeiros anos de colonização, e a permitir de modo fácil a sua melhoria, à medida que o tráfego aumentar de volume.

Cerca de 1.000 famílias já ocuparam lotes na área, entre os quais um pequeno número de seringueiros nativos que operavam na área.

Os levantamentos de solos em Machadinho I já foram concluídos, e as propostas para os levantamentos topográficos estão sendo agora revistas pelo INCRA.

Para a seleção final de todas as áreas de colonização e a locação das terras dentro dessas áreas, seria levado em consideração (a) a disponibilidade de acesso principal às áreas propostas; (b) uma avaliação detalhada da capacidade de ocupação da terra nestas áreas; (c) o controle da erosão através da adequada locação das estradas e demarcação dos lotes; e (d) outros requerimentos necessários a um zoneamento, tais como as questões relativas a demarcação de reservas naturais ou indígenas, que seriam acertadas, quando necessário, através de entendimentos com a FUNAI ou com o IBDF; e, quando for considerado conveniente para fins de colonização, o processo de desapropriação pelo INCRA, de propriedades privadas sub-utilizadas.

Tanto quanto possível, os 50% de reservas florestais previstas por lei seriam reunidas em áreas em bloco, preferivelmente no interior da área total a ser colonizada, de forma a assegurar proteção contra a ação de invasores e "grileiros".

Cada colono teria a posse sobre uma unidade, ou sobre parte de uma unidade específica (que seria a porção mínima pela qual dividiriam-se as reservas em blocos), permanecendo, entretanto essas reservas como um todo, sob administração coletiva.

Detalhamento e Custo do Projeto

6. Os componentes do Projeto acham-se detalhados no Anexo III, juntamente com uma estimativa preliminar de custos para os mesmos.

No Anexo IV é apresentado o cronograma de implementação proposto para o desenvolvimento das várias áreas de colonização, e para a implementação dos principais componentes dentro dessas áreas.

A metodologia utilizada para essas estimativas, devido à falta de informações mais detalhadas relativamente à maioria das áreas propostas,

baseou-se, nesta etapa, na extrapolação dos custos unitários por família determinados para a área de Machadinho I (que, espera-se, sejam suficientemente representativos para as condições a serem encontradas nas futuras áreas de colonização), para a estimativa do número de famílias a serem assentadas nessas novas áreas.

Anteriormente à avaliação do Projeto, o INCRA incluiria a elaboração das plantas preliminares de localização das estradas, das áreas cultiváveis e dos lotes, com base na interpretação de fotografias aéreas (como foi feito anteriormente para Machadinho I), assim como nos levantamentos expeditos de solos que estão sendo contratados ao RADAMBRASIL relativamente a pelo menos um terço das áreas de colonização propostas, de modo a que seja permitido, as sim, a formulação de uma melhor estimativa de custos para as estradas.

Conquanto os custos totais de Projeto e o financiamento pelo Banco possam ser avaliados com base apenas nesses dados, cada área de colonização estaria sujeita mais tarde, a estudos e levantamentos mais detalhados, antes do início de quaisquer obras, ou antes dos desembolsos relativos a essas obras.

A implantação da infra-estrutura do Projeto seria completada em cerca de seis anos.

Os serviços complementares e estruturas estariam concluídos no sétimo ano.

De acordo com as últimas estimativas, os custos por família assentada seriam da ordem de US\$ 13.800, o que resultaria num custo total do Projeto, incluindo contingências físicas, da ordem de US\$ 415 milhões, que incluiria US\$ 24 milhões para a construção da BR-429. Desse total, US\$ 336 milhões corresponderiam aos componentes a serem implementados pelo INCRA, US\$ milhões, ao Governo de Rondônia, US\$... milhões, ao Governo de Mato Grosso, e US\$... milhões ao IBDF.

Os componentes do Projeto, em sua maioria, tem características bastante semelhantes aos do Subprojeto de Consolidação de Colonização^(*) do Noroeste I. As principais diferenças entre ambos, referem-se aos componentes descritos a seguir:

7. Estradas. O Projeto Noroeste III^(**) compreenderia a construção de (a)

Notas do tradutor:

(*) Refere-se ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI-RO).

(**) Forma abreviada para o Projeto de Colonização de Novas Áreas (ou "Projeto de Colonização Proposto", como é também denominado neste documento).

a rodovia BR-429 (de 240 km, entre Costa Marques e o final da linha de nº ..., através da qual se ligaria à BR-364 em Pimenta Bueno). Trata-se de uma rodovia que ao longo do seu eixo procura desviar-se de cruzamento com reservas naturais e/ou indígenas, encascalhada dentro dos padrões equivalentes aos das estradas vicinais ou ligeiramente superior a estas, devendo a sua construção iniciar-se a partir de Costa Marques (no intuito de reduzir o risco de invasões por "grileiros", de acordo com um cronograma de construção ajustado de forma sincronizada com o cronograma de implantação da colonização no Vale do Guaporê; (b) cerca de ... km de estradas principais adicionais, a serem construídas dentro dos padrões do DNER/BNDE para estradas vicinais, e que se destinam a permitir o acesso geral a várias localidades de colonização; (c) cerca de km ... de estradas vicinais de padrões ligeiramente mais baixos, para o acesso dentro das áreas de colonização; (d) cerca de ... km de estradas de acesso que deverão possibilitar o tráfego durante todo o ano das estradas vicinais até às propriedades rurais, exceto (e) nos últimos trechos (cerca de 4 km) de cada estrada de acesso (num total de cerca de ... km), onde o tráfego esperado não deverá exceder a um caminhão por dia, e que consistiria numa trilha simples aberta na floresta (*), e permitiria o transporte mecanizado apenas durante os meses secos do ano. (sobre os vários padrões de estradas, vide Anexo II).

8. NUARs. Desde que cada colono receberia um lote de 30 ha para cultivo, com as reservas florestais equivalentes reunidas em bloco em outro lugar, cada NUAR estaria capacitado para atender a cerca de 1.700 a 2.000 famílias dentro de seu raio de influência (em comparação a cerca de 800 famílias, com lotes de 100 ha cada uma, no Noroeste I (**)).

Afora as implicações destas diferenças, sobre o tamanho da escola e da unidade armazenadora do NUAR, as demais características permanecem mais ou menos as mesmas dos NUAR's do Projeto do Noroeste I (**).

Notas do Tradutor:

(*) Parece referir-se às "Estradas de Penetração" previstas pelo INCRA dentro do seu "Projeto de Colonização de Novas Áreas em Mato Grosso e Rondônia".

(**) Forma abreviada para os projetos da Fase I do POLONOROESTE (referindo-aqui, especificamente ao PDRI-RO).

9. Levantamentos de Solos e Demarcação. A colonização em cada nova localidade seria precedida por (a) estudos de capacidade de uso da terra a uma escala que possa permitir a elaboração dos planos finais de alocação das terras, e que limitar-se-ia apenas às áreas dentro de cada localidade, que já tivessem sido identificadas através de estudos preliminares como aptas para agricultura; e (b) por levantamentos topográficos direcionados, tanto para a demarcação dos lotes individuais, como para o desmatamento para a abertura das estradas vicinais principais (*).

10. Desenvolvimento Florestal. As atividades de exploração florestal deverão desempenhar um importante papel quanto aos benefícios financeiros do Projeto, tanto a nível de colono, como em termos de viabilidade financeira global do mesmo.

Os objetivos do componente florestal do Projeto seriam: (a) conduzir um levantamento quanto ao aproveitamento das madeiras desmatadas nas áreas agrícolas; (b) estudo de oportunidades de mercado, tanto para as madeiras aproveitáveis provenientes de desmatamento, como para operações florestais permanentes (**); (c) treinar e dar assistência aos colonos no aproveitamento do maior volume possível de madeira resultante do processo de desmatamento para o plantio; (d) organizar e controlar o transporte dessas madeiras, dos lotes até às serrarias a serem instaladas dentro da área de colonização; (e) promover o estabelecimento de serrarias particulares em locais selecionados; (f) conduzir estudos e pesquisas necessárias para definir-se a exploração, em base sustentável, das reservas florestais em bloco; (g) organizar os colonos quanto à utilização coletiva dessas reservas; (h) proporcionar o necessário treinamento, assistência técnica e insumos, bem como o acesso dos colonos ao crédito de investimento e de custeio; e (i) prestar assistência quanto à comercialização do produto final.

(*) Corresponderiam às "Coletoras" do INCRA.

(**) Refere-se às atividades especificamente de exploração florestal (florestamento e reflorestamento).

11. Estudos Especiais quanto à Coordenação institucional do Desenvolvimento de Oportunidades para Diversificação de Culturas

Conquanto o cultivo anual seja possível em uma base contínua na maioria dos solos da área do Projeto com o aporte de insumos em níveis adequados, os cultivos perenes, por várias razões de ordem ecológica, teriam preferência sobre os anuais. A primeira opção para a maioria dos solos seria o cultivo da seringueira.

Entretanto, o potencial de expansão da seringueira acha-se limitado, tanto pela insuficiência do crédito do Programa PROBOR III disponível para região, como pela necessidade de proteger-se os produtores do risco de se apegarem a uma única cultura. O Projeto, desde que seja desenvolvido sob assistência geral da CODARON e da EMBRAPA, bem como com a participação de órgãos como o IBC, a CEPLAC, a SUDHEVEA, o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o IBDF, que atuam no desenvolvimento de programas relativos a culturas específicas, estaria apto a um financiamento, dentro do qual seriam contemplados (a) seminários preliminares entre estas instituições para a definição de um plano de ação relativo à introdução de novas culturas, mais adequadas à região Noroeste; (b) estudos específicos locais e pesquisas adaptativas; e (c) o estabelecimento de várias operações-piloto que venham a ser recomendadas pelos estudos e pesquisas mencionados na item anterior.

Requerimentos Ulteriores para a Preparação do Projeto e Cronograma a ser seguido:

12. Durante os meses de junho a agosto de 1.982, o INCRA: (a) contrataria dois engenheiros para o planejamento e a supervisão da construção das estradas; (b) elaboraria as plantas preliminares de localização das estradas vicinais(*) e de acesso em, pelo menos, um terço das áreas planejadas para a colonização; (c) estabeleceria, em maior grau de refinamento, os custos unitários e totais para a construção das estradas correspondentes às áreas mencionadas no item anterior, extrapolando-os para as áreas restantes; (d) concluiria os cronogramas para a construção das estradas e dos NUAR's nas áreas mencionadas no item (b), inclusive os acessos às reservas florestais exploráveis; comunicando aos demais órgãos envolvidos na implementação do Projeto, em meados de julho de 1982, quanto a estes cronogramas de construção; (e) determinaria o percentual relativo às obras de construção de estradas a ser contratado ao BEC; (f) participaria, dentro de um acordo com a SUDHEVEA, da tentativa

de definição quanto (i) ao número de hectares de pequenas áreas para plantio de seringueira que poderiam ser financiados em Rondônia e Mato Grosso, além daqueles já consignados com recursos do PROBOR III (22.000 ha nos próximos cinco anos e 18.000 ha no 6º e 7º anos, a serem distribuídos em unidades de plantio de 3 ha); (ii) ao possível cronograma de desembolso para esse crédito (**), e (iii) à assistência da SUDHEVEA às unidades de assistência técnica local e no treinamento dos seringalistas e seringueiros; (g) ao custo de outros itens do Projeto (levantamentos topográficos, levantamentos de solos, administração e monitoramento do INCRA, etc) com base em experiência recente; e (h) forneceria ao Banco até 31 de agosto de 1.982, um documento-sumário com os cálculos e conclusões relativos a todas as obras acima mencionadas, inclusive as plantas preliminares das estradas. Todos os custos basear-se-iam nos valores previstos para setembro de 1.982.

Notas do Tradutor:

- (*) Correspondentes às "Estradas Coletoras" do INCRA.
- (**) Refere-se ao crédito adicional a ser pleiteado.

13. Considerando-se (a) a pesada sobrecarga do Governo de Rondônia quanto à fase inicial, em andamento, da implementação do Projeto Noroeste I (*); (b) a condição bastante preliminar dos modelos de produção (**) que possam ser elaborados neste estágio, na ausência de uma definição mais precisa das áreas a serem colonizadas em Mato Grosso; e (c) o considerável volume de trabalho já elaborado pelo INCRA, conjuntamente com os técnicos do Programa de Cooperação FAO/BIRD, na formulação dos modelos básicos de produção (**), a preparação posterior do Projeto limitar-se-ia à aplicação dos modelos básicos ao cronograma de colonização a ser elaborado pelo INCRA, e na definição das responsabilidades (e dos custos correspondentes), dos vários órgãos na implementação dos componentes agrícolas e sociais do Projeto. Sugere-se que a assistência do Programa de Cooperação FAO/BIRD seja solicitada para essa última fase de preparação, que poderia em grande parte ser elaborada no escritório central do BIRD em inícios de setembro, antes da sua conclusão em Porto Velho e Cuiabá.

14. A equipe do IBDF concordou em preparar o componente florestal do Projeto até fins de agosto de 1.982 com base em um plano de trabalho a ser apresentado ao Banco para apreciação em julho de 1.982.

15. O Banco enviaria uma missão de avaliação, (a ser composta, além do chefe, por um engenheiro de estradas, um economista agrícola, um analista financeiro, um especialista em saúde, e um em educação), aproximadamente em 20 de setembro de 1.982, caso os documentos a serem encaminhados pelo INCRA tenham sido recebidos até o final de agosto de 1.982, ou cerca de três semanas após a recepção dos documentos de preparação final do INCRA, caso tenham sido recebidos após aquela data.

Notas do Tradutor:

(*) Refere-se ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI-RO).

(**) A tradução literal da expressão em Inglês seria "Modelos Básicos de Propriedades Rurais."

Pontos Pendentes

16. O Financiamento e Cronograma de Implantação do Projeto. Uma decisão final por parte do Ministro de Planejamento quanto à alocação de recursos financeiros adicionais (da ordem de 60% a mais do que os estimados quando do início do POLONOROESTE), que venham a cobrir as necessidades do Projeto dentro do cronograma proposto, será necessária, antes de uma decisão pelo Banco com respeito à avaliação. Entretanto, parece não ser necessário o aporte de recursos extras durante o exercício em andamento (1.982/83), e no caso de o cronograma de implantação proposto ser aceito, um percentual considerável dos recursos adicionais requeridos, seriam aplicados no 6º e 7º anos do Projeto, estando, de qualquer forma, fora dos limites de tempo(*) previstos para o presente programa POLONOROESTE.

17. Financiamento para Plantios de Seringueira. Um acordo quanto ao financiamento de acima de 22.000 ha, dentro das presentes alocações previstas para a região Noroeste durante os primeiros cinco anos do Projeto e um adicional de 41.000 ha ao final do Programa PROBOR III em 1.993, seria necessário antes da apresentação à Diretoria do Banco (**).

18. Desenvolvimento de Novas Oportunidades de Cultivos. A SUDECO assumiria a responsabilidade de coordenar um trabalho preliminar entre os órgãos interessados, para a definição deste componente e do seu custo.

19. Contratação de Serviços para a Construção de Estradas. O INCRA notificaria ao Banco quanto ao percentual máximo de estradas a serem contratadas ao Exército, com vistas à definição de participação do Banco no financiamento do Projeto. O INCRA havia comunicado ao Banco de que, para todos os efeitos, pretende proceder a licitação pública com os custos indicativos para todos os contratos de estradas, antes de decidir-se pela contratação de empresas ou pelo

Notas do Tradutor:

- (*) O Programa POLONOROESTE (cf. Decreto nº 86.029, de 27/05/81), em sua primeira etapa, será implantado no período de 1.981/85, isto é, em cinco anos.
- (**) Parece referir-se à apresentação do Projeto à Diretoria Executiva do BIRD para aprovação (o que ocorreria antes das negociações do Acordo com Governo Brasileiro).

Exército, sendo que, não mais que 50% das estradas seriam contratadas ao Exército.

20. Cronograma de Construção da BR-429. Um acordo deverá ser alcançado com o Governo de Rondônia no sentido de que o cronograma de construção da BR-429, fosse compatibilizado plenamente com o cronograma de colonização do INCRA na área do Vale do Guaporé, e de que não seriam abertas quaisquer trilhas ao longo daquela linha, enquanto a mesma não estivesse concluída.

21. Pessoal incremental requerido pelo INCRA.: Com 7.500 km de novas estradas a serem construídas nos próximos seis anos, o INCRA tornar-se-ia o maior construtor de estradas do Brasil. A concentração de tal volume de obras em apenas dois Estados requeriria o recrutamento de pessoal incremental, tanto a nível regional, como a nível central, em número e qualidade para atender as necessidades do programa.

22. Requerimentos de Ordem Institucional pelo IBDF. O IBDF, pela primeira vez, estaria considerando a provisão de assistência técnica florestal dentro deste Projeto. Ademais disto, o tamanho da área a ser desenvolvida por operações florestais (possivelmente num total de 350.000 a 450.000 ha) implicaria em que o IBDF atentasse de modo particular quanto a exigências de ordem institucionais correspondentes.

23. Viabilidade Econômica do Projeto. O Projeto justifica-se mais por razões sociais e ambientais. Todo o esforço deveria ser desenvolvido, entretanto, para que, antes da sua avaliação final, sejam definidos os retornos financeiros e econômicos que possam, também ser gerados pelo Projeto.

Brasília, 9 de junho de 1.982.